

Planafe

Plano Nacional de Fortalecimento das
Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas

2017-2019



Ministério do Meio Ambiente



Presidente da República
Michel Temer

Ministro do Meio Ambiente
José Sarney Filho

Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente
Marcelo Cruz

Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Juliana Simões

Diretor de Extrativismo
Mauro Oliveira Pires

Extração de látex da seringueira
Foto: Carlos Carvalho



Ministério do Meio Ambiente

Planafe

Plano Nacional de Fortalecimento das
Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas
2017-2019

Brasília | DF
MMA
2017

© 2017 – Ministério do Meio Ambiente - MMA
Permitida a reprodução sem fins lucrativos,
parcial ou total, por qualquer meio, se citados a
fonte do Ministério do Meio Ambiente ou sítio da
Internet no qual pode ser encontrado o original
em <http://www.mma.gov.br/publicacoes-mma>

Concepção, elaboração e organização

Lêda Luz | consultora
Letícia Abadia | CEX/DEX/SEDR/MMA

Redação, Revisão e Apoio Técnico

Equipe da Coordenação-Geral de
Agroextrativismo

Coordenação-Geral de Agroextrativismo

Pedro Bruzzi

Diretoria de Extrativismo

Mauro Pires

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)

Juliana Simões

Fotografias

Capa | Resex do Rio Cajari/AP

Foto: Cláudia Funi

Contracapa | Quilombo Bom Jesus Matinha/ MA

Foto: Jacobson Rodrigues

Projeto gráfico e editoração Selene Fortini

Apoio

Deutsche Gesellschaft für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ)

Comissão Intersetorial do Planafe

Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Desenvolvimento Social
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e
Desenvolvimento
Agrário/Casa Civil/Presidência da República
Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Movimento das Catadoras de Mangaba do Sergipe
Rede Cerrado
Coordenação Estadual de Fundo de Pasto
Grupo de Trabalho Amazônico
Movimento Interestadual das Quebradeiras de
Coco Babaçu

Convidados permanentes da Comissão Intersetorial do Planafe

Comissão Nacional de Fortalecimento das
Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras
Associação dos Retireiros do Araguaia

Órgãos/ entidades convidados

Instituto Chico Mendes da Conservação da
Biodiversidade
Serviço Florestal Brasileiro
Ministério da Saúde
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Fundação Nacional de Saúde
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ministério de Minas e Energia
Secretaria do Patrimônio da União
Secretaria de Direitos Humanos
Secretaria de Políticas para Mulheres
Secretaria de Pesca e Aquicultura
Ministério da Integração Nacional
Ministério das Cidades
Ministério dos Transportes

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação - CIP

B823p Brasil. Ministério do Meio Ambiente.

Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e
Ribeirinhas-PLANAFE : 2017-2019 / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de
Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Brasília, DF: MMA, 2017.

111 p. : il. (algumas color.) ; tabelas.

ISBN: 978-85-7738-349-8

1.Povos e comunidades tradicionais. 2.Diversidade sociocultural. 3.Mudança
do clima. 4.Patrimônio genético. 5.Produção sustentável. I.Secretaria de
Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. II.Título.

CDU: 630.28 (81)

Ministério do Meio Ambiente
Biblioteca

Resex Canavieiras/BA >

Foto: Enrico Marone



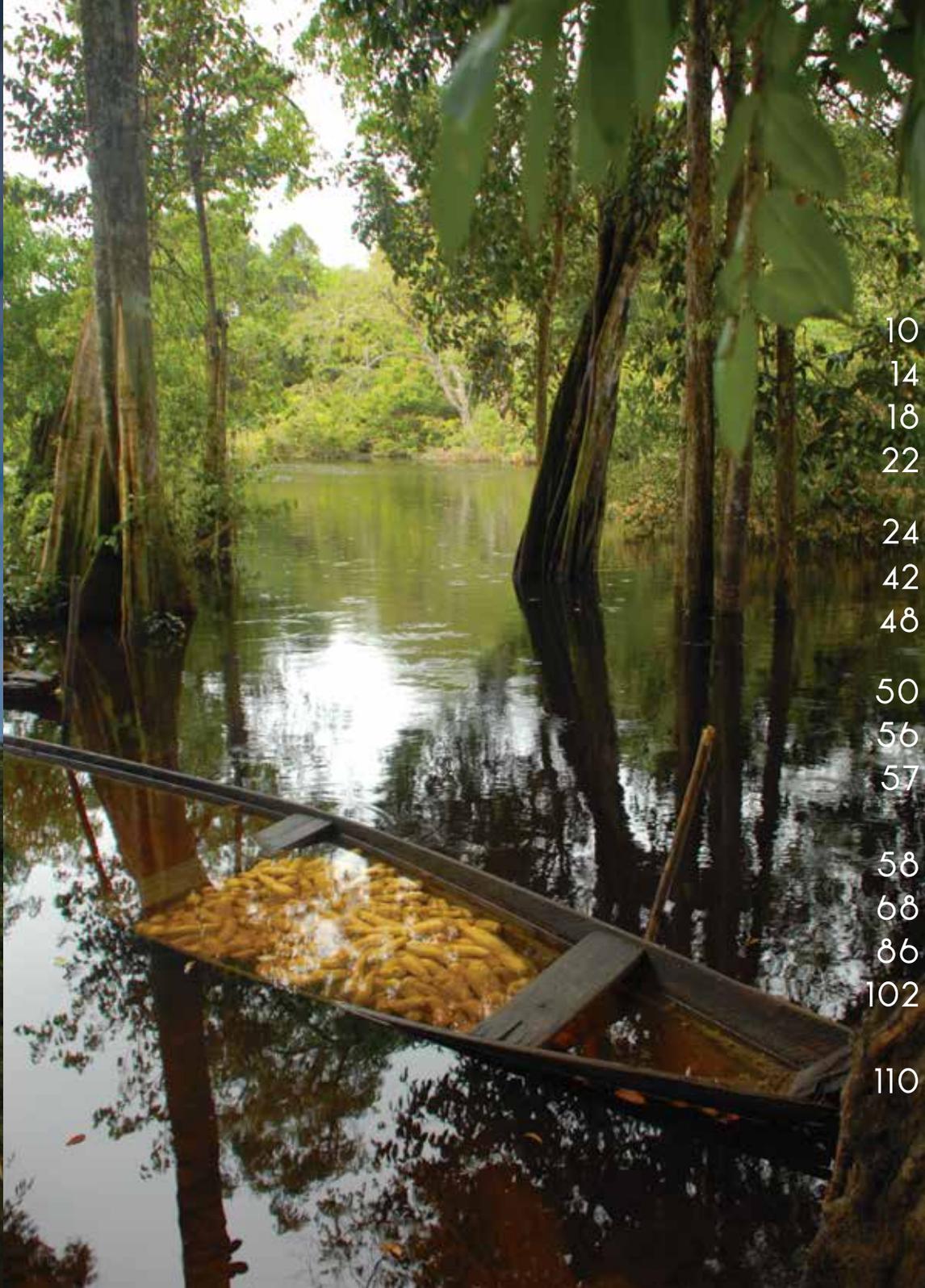
Siglas

AGENDHA	Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia	DEX	Departamento de Extrativismo
ANA	Agência Nacional das Águas	Esec	Estação Ecológica
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
APA	Área de Proteção Ambiental	FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico	FBB	Fundação Banco do Brasil
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	Flona	Floresta Nacional
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	Flota	Floresta Estadual
BAG	Banco Ativo de Germoplasma	Funai	Fundação Nacional do Índio
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
CAA	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
CAR	Cadastro Ambiental Rural	GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
CDB	Convenção da Diversidade Biológica	Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CEREST	Centros de Referência em Saúde do Trabalhador	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CF88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CNPCT	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais	Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas	IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento	MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras	MEC	Ministério de Educação
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	MF	Ministério da Fazenda
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social	MI	Ministério da Integração Nacional
		MinC	Ministério da Cultura
		MMA	Ministério do Meio Ambiente
		MME	Ministério de Minas e Energia

MP	Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	PNSIPCF	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
MS	Ministério da Saúde	PNSR	Programa Nacional de Saneamento Rural
OEMA	Organizações Estaduais de Meio Ambiente	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas	PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos	Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista	PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PAF	Projeto de Assentamento Florestal	QGEP-SUS	Qualificação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS
PBV	Programa Bolsa Verde	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais	Resex	Reserva Extrativista
PDS	Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável	SCDB/ONU	Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos	Sead/CC/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário/Casa Civil/Presidência da República
PGPMBio	Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade	SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Planafe	Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
PNA	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar	SPU	Secretaria do Patrimônio da União
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas	SUS	Sistema Único de Saúde
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	TI	Terra Indígena
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária	UC	Unidade de Conservação
PNB	Política Nacional da Biodiversidade	UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional		
PNF	Programa Nacional de Florestas		
PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima		
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais		



Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Luciano Malanski



Sumário

10	Prefácio
14	Introdução
18	Histórico
22	A Importância de um Plano para as Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas
24	Diversidade Sociocultural do Brasil
42	Povos e Comunidades Tradicionais e a Mudança do Clima
48	Povos e Comunidades Tradicionais, Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado
50	Participação Social e Integração das Políticas Públicas
56	Diretrizes do Planafe
57	Quadro Resumo
58	Eixo de Infraestrutura
68	Eixo de Inclusão Social
86	Eixo de Fomento à Produção Sustentável
102	Eixo de Gestão Ambiental e Territorial
110	Bibliografia

Prefácio



Este documento apresenta o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) para o período 2017/2019, formulado a partir da contribuição de órgãos e instituições públicas do Governo Federal e do diálogo com representantes extrativistas indicados pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, atual Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Sua coordenação coube à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

Segundo o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, nos 18 países em desenvolvimento com as maiores coberturas florestais, mais de 22% das florestas pertencem ou estão reservados para essas comunidades. Suas áreas têm, portanto, potencial estratégico para a conservação ambiental, o que mostra a importância do fortalecimento de políticas direcionadas a esse segmento da população.

O Planafe é um dos planos de implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tra-

dicionais (PNPCT), respondendo às demandas das comunidades extrativistas e ribeirinhas apontadas ao longo do tempo nos debates realizados no âmbito da Comissão. As reivindicações exigiam um recorte mais específico das políticas públicas, dado que as particularidades do grupo, de acordo com os próprios representantes comunitários, por vezes não eram contempladas, no contexto mais amplo da Política.

Perante os compromissos brasileiros firmados sob o Acordo de Paris, ratificado e incorporado ao arcabouço jurídico nacional, o Planafe tem importância destacada. As metas nacionais de redução das emissões de gases de efeito estufa, em particular as de redução do desmatamento e recuperação florestal, dependem do uso do solo. A conservação e a recuperação das áreas das comunidades extrativistas, devido a sua grande extensão e à relevância das práticas associadas ao seu modo de vida, são ações fundamentais para o cumprimento das obrigações assumidas.

A exploração sustentável, e a ocupação e defesa desses territórios contribuem de forma expressiva para a preservação ambiental. A

importância do meio ambiente para a perpetuação dos conhecimentos tradicionais, que constituem a base da identidade dessas comunidades, por sua vez, torna imprescindível a sua manutenção em áreas ocupadas ao longo dos séculos.

O conteúdo desta publicação está dividido, basicamente, em duas partes. Na primeira, por meio de seções e boxes, são apresentados o histórico, as justificativas, bem como o alinhamento do Planafe, frente às políticas nacionais de promoção do desenvolvimento sustentável, de combate ao desmatamento, de mitigação e adaptação à mudança do clima e de conservação da biodiversidade.

Na segunda parte, está a estrutura propriamente dita do Plano, com apresentação dos objetivos, diretrizes, eixos de ação, encadeamento lógico e tabelas contendo as diferentes ações propostas pelo governo para fortalecer as comunidades extrativistas e ribeirinhas e o seu papel para o desenvolvimento sustentável.

José Sarney Filho
Ministro do Meio Ambiente





Resex Rio Xingu/PA
Foto: Bruno Bombato



Introdução





Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) detêm papel ímpar na constituição da sociedade brasileira. Esses são definidos, de acordo com o inciso I do artigo 3º do Decreto federal nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Tal conceituação, baseada explicitamente na premissa do autoreconhecimento, foi objeto de debate e convergência entre os

representantes de comunidades e povos tradicionais e do Governo Federal durante a fase de elaboração da Política acima mencionada. Ainda que não haja uma lista oficial de todos os grupos, o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, em seu parágrafo 2º, do artigo 4º, traz 28 denominações com assento garantido no colegiado. O número sem dúvida é maior, dado que a identidade é um processo de afirmação social em evolução.

Mais do que o número ou lista oficial, importa saber que o Estado brasileiro, tendo por base sobretudo a Constituição Federal de 1988, gradativamente vem reconhecendo a importância desses grupos na sociedade, formulando, debatendo e executando políticas públicas e reconhecendo direitos.



Dentre os segmentos de povos e comunidades tradicionais, alguns têm vínculo mais direto com a prática do extrativismo, que está na base de seu sustento e reprodução social, cultural e material. Embora o extrativismo vegetal e animal não seja a única fonte de geração de renda, pois as famílias e as comunidades realizam ao longo do tempo outras atividades econômicas, esse se destaca e os singulariza. É o caso, por exemplo, dos seringueiros, dos castanheiros, das quebradeiras de coco babaçu, das mulheres catadoras de mangaba e dos extrativistas de flores, frutos e ervas ofertados pela rica biodiversidade do Cerrado, da Caatinga, do

Pantanal, da Amazônia, da Mata Atlântica. É o caso também das famílias das reservas extrativistas costeiras marinhas e de tantas outras que realizam tanto a pesca artesanal como outros tipos de extrativismo, de base vegetal. As famílias ribeirinhas, igualmente, encontram nos recursos da água e da terra meios para sua vivência.

É para esses segmentos de populações tradicionais que se baseiam e se reconhecem como extrativistas e ribeirinhas, que o governo brasileiro elaborou o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – Planafe para o perí-

odo 2017 e 2019. Esse Plano já teve outras versões, mas é a primeira vez que seu documento norteador torna-se totalmente público e acessível aos interessados. O foco nas comunidades extrativistas e ribeirinhas requereu um recorte nas diferentes políticas públicas federais, muitas das quais, vale chamar a atenção do leitor, têm caráter mais amplo (universal) por se referirem também a outros segmentos populacionais. Assim mesmo, o enfoque extrativista permitiu o planejamento refinado dessas políticas para que alcancem resultados mais promissores junto a comunidades que somam centenas de milhares de famí-



Resex Cururupu/MA

Foto: Alex Reis

lias. Isso é especialmente necessário quando restrições orçamentárias restringem os investimentos públicos.

O Planafe constitui-se como um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, tal como essa estabelece em seus artigos 4º e 5º (anexo I do Decreto 6.040/2007). A finalidade primordial do Plano é promover o desenvolvimento sustentável, reconhecendo o papel e as demandas das comunidades extrativistas e ribeirinhas as quais têm papel relevantíssimo no contexto da conservação ambiental, do com-

bate ao desmatamento e da promoção de usos sustentáveis dos recursos naturais. Nesses termos, os desafios do Planafe não são simples, no entanto o Plano tem como uma de suas forças o diálogo e o respeito que se estabeleceram na interlocução entre representantes de órgãos federais e os das comunidades extrativistas e ribeirinhas durante sua elaboração.

O conteúdo desta publicação está dividido basicamente em duas partes. Na primeira, por meio de seções e boxes, são apresentados o histórico, as justificativas, bem como o alinhamento do Planafe, frente às

políticas nacionais de promoção do desenvolvimento sustentável, de combate ao desmatamento, de mitigação e adaptação à mudança do clima e de conservação da biodiversidade.

Na segunda parte, está a estrutura propriamente dita do Plano, com apresentação dos objetivos, diretrizes, eixos de ação, encadeamento lógico e tabelas contendo as diferentes ações propostas pelo governo para fortalecer as comunidades extrativistas e ribeirinhas e o seu papel para o desenvolvimento sustentável.

Histórico do Planafe

A origem do Planafe, conforme comentado acima, tem relação com os debates, em torno da implementação da PNPCT, levados a efeito dentro da CNPCT. Entre os anos de 2011 e 2013, ocorreram grandes eventos de mobilização extrativista, coordenados pelas próprias organizações representativas: I Chamado da Floresta, realizado na Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba, no estado do Pará; o III Congresso Nacional das Populações Extrativistas, realizado em Macapá - AP; o II Encontro Nacional das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas, que tomou lugar em Arraial do Cabo - RJ; e o II Chamado da Floresta, dessa vez ocorrido na Vila de Santa Maria (Vila do Tonhão), localizada na Reserva Extrativista Gurupá Melgaço/Pará. Em todas essas ocasiões,

as demandas apontadas indicavam a necessidade de direcionar as políticas públicas para o atendimento das singularidades desses segmentos sociais que cumprem, vale ressaltar, um papel fundamental na conservação ambiental.

Em 2012, o governo articulou suas intervenções para esse público na chamada “Agenda Marajó”, e a partir de 2014 no “Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas em Unidades de Conservação, em Projetos de Assentamento e em Áreas Destinadas Federais”. Em 2015 com o “Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas”, considerou-se importante que a atuação federal contemplasse também as demais

Flona do Jamari/RO
Foto: Acervo ICMBio

comunidades extrativistas além daquelas localizadas em territórios específicos. Seja como for, o foco da coordenação e integração das ações federais não era o desenvolvimento do extrativismo, como prática social e econômica, mas sim as próprias comunidades extrativistas e ribeirinhas com suas necessidades, identidades e motivações.

Em 2013, a Portaria Interministerial nº 29, de 8 de fevereiro, instituiu Grupo de Trabalho

Interministerial integrado pelos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e as organizações da sociedade civil: Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho Amazônico e Comissão Nacional de Fortalecimento das

Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras, com a finalidade de preparar a primeira versão do Planafe, focando-se, naquele período apenas na situação das comunidades localizadas em Unidades de Conservação, Projetos de Assentamentos e Áreas Destinadas Federais.

Além das reuniões plenárias desse grupo de trabalho, ocorreram também outras com a presença de outros setores do governo e da sociedade civil. Sob a coordenação do MMA, a composição do GTI contou com os Ministérios das Cidades, das Minas e Energia, de Pesca e Aquicultura, da Saúde, da Integração Nacional, e da Educação, assim com a representação da Companhia Nacional de Abastecimento e do Serviço Florestal Brasileiro, o que permitiu à primeira versão do Plano um expressivo conjunto de iniciativas e investimentos.

Durante o II Chamado dos Povos da Floresta, em novembro daquele ano, o Governo Federal apresentou ações de fomento à produção, inclusão social, infraestrutura, regularização fundiária, assistência técnica e extensão rural, ampliação de acesso a mercados institucionais, assistência médica, cadastramento no Bolsa Verde e capacitação de gestores públicos locais



◀ **Pescado em cesta artesanal**
Resex Cururupu/MA
 Foto: Acervo ICMBio



Extrativista da castanha | Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Aurelice Vasconcelos

para acesso a políticas públicas. Novas demandas foram apresentadas pelas lideranças extrativistas e prefeitos presentes no evento, sendo algumas a reafirmação e o aprofundamento das demandas de 2011.

Em 2014, as demandas da agenda extrativista receberam a formação de “mesa de diálogo”, composta por autoridades federais sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República e representantes dos movimentos sociais. É digno de se notar que neste ano também se realizou a 1ª Assembleia Nacional dos Extrativistas Costeiros e Marinhos, em Belém do Pará, que produziu um documento apontando sua visão e reivindicações ao governo, conhecido como “Carta de Belém” (CONFREM, 2015).

Para o III Chamado da Floresta, realizado entre os dias 28 e 29 de novembro de 2015, na Comunidade São Pedro, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará, anunciou-se o que pode ser chamado de segunda etapa do Planafe.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 380, de 11 de dezembro de 2015, assinada pelos Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que instituiu o

Planafe, este tem o objetivo de “adequar, articular, integrar e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura social, fomento à produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental e territorial das áreas de uso e ocupação tradicional, visando assegurar a qualidade de vida, o acesso e uso sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos para as comunidades extrativistas e ribeirinhas”. Foram definidos quatro eixos: gestão ambiental e territorial, inclusão social, fomento à produção sustentável e infraestrutura.

A referida Portaria instituiu, ainda, a Comissão Intersetorial responsável pelo Plano, com as finalidades de atualizá-lo, quanto a ações, metas e objetivos; de monitorar e avaliar sua implementação; de propor medidas para superar eventuais dificuldades; de promover a articulação intersetorial; e de divulgar e de integrar as ações às iniciativas dos governos estaduais e municipais. A Comissão é composta por representantes do MMA, MDA (atual Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Sead/CC/PR) e MDS e por representantes de entidades da sociedade civil, indicados pela CNPCT: Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Movimento Catadoras de Mangaba e

Rede Cerrado; e como suplentes a Coordenação Estadual de Fundo de Pasto, Grupo de Trabalho Amazônico e Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babacú, além dos convidados permanentes: Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras e Associação dos Retireiros do Araguaia. Em 2016, ocorreram reuniões a fim de dinamizar a preparação do plano para o período seguinte. E, em novembro desse ano, ocorreu a Oficina do Planafe, coordenada pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, contando com 67 participantes representando extrativistas e ribeirinhos de todo o território nacional, organizações não governamentais, instituições e órgãos governamentais de diversas instâncias, dentre as quais os MS, MEC, MME, e instituições vinculadas do MMA: ICMBio e SFB. A Oficina teve como objetivos: (i) levantar subsídios para a elaboração do Planafe 2017/2019; (ii) promover articulação com parceiros governamentais; e (iii) reforçar e ampliar a participação da sociedade civil.

Nessa ocasião, os participantes realizaram análises e a identificação dos problemas centrais, divididos pelos quatro eixos, bem como priorizaram causas a serem enfrenta-

das e elaboraram principais linhas de ação, tendo como horizonte temporal o período de 2017 a 2019. Ao todo, foram apontadas 36 causas prioritárias para o enfrentamento dos problemas centrais e 86 ações para os 4 eixos do Planafe. A partir da Oficina, foram recuperadas outras demandas das representações dos segmentos sociais e retomados os diálogos com os órgãos setoriais.

Em 2017, com o apoio da Secretaria de Governo da Presidência da República, ocorreram novas rodadas de reuniões do grupo governamental da Comissão Intersetorial com o intuito de identificar as ações em curso e aprofundar o planejamento, à luz dos resultados da Oficina de novembro. Em maio de 2017, ocorreu nova reunião da Comissão Intersetorial, em que o escopo da atual fase do Planafe foi debatida. Após esse período, foi possível ainda realizar refinamentos das ações e articulação com outros ministérios e órgãos que ainda não estavam engajados nessa nova etapa do Plano.

A presente etapa do Planafe constitui assim o resultado desses trabalhos de coordenação, nivelamento, pactuação e compromisso com as políticas públicas em favor de segmentos sociais, que muitas vezes não recebem a atenção política devida, a despeito de sua importância social, cultural e ambiental.



A importância de um Plano para as comunidades extrativistas e ribeirinhas

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estima que o planeta possui 31% de sua superfície sólida ocupada por florestas, onde está contida 80% da biodiversidade terrestre, e ainda, que cerca de 400 milhões de pessoas são altamente dependentes das florestas, fazendo delas sua base de bem-estar e fonte de renda. Estima-se ainda que 1,6 bilhão de seres humanos dependam de bens e serviços da floresta em alguma parte de suas vidas, e de modo geral, toda a população global depende da floresta por seus serviços de sequestro de carbono¹.

Em 2010, a região da América Latina e Caribe tinha quase 49% de seu território coberto por florestas, com um total de 891 milhões de hectares ou 22% da área florestal mundial. Os

países com maior volume de florestas na região, detendo 84% do total dessas áreas são: Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela².

O Brasil, com dimensões continentais e que ocupa lugar de destaque neste cenário, é o país com a segunda maior área de florestas do mundo, atrás apenas da Rússia. Segundo o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), no país, as florestas ocupam 493,5 milhões de hectares (58% do território nacional), sendo 485,8 milhões de hectares de florestas nativas e 7,7 milhões de hectares de florestas plantadas³.

² FAO, 2011

³ FRA, 2015. As florestas públicas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) compreendem uma área de aproximadamente 312,7 milhões de hectares, o que corresponde a 37% do território brasileiro, distribuídas nos diferentes biomas do país, porém, a maior parte (92%) se encontra no bioma amazônico (SBF,2016)

Resex do Lago do
Capanã Grande/ AM
Foto: Vivian Mara Uhlig

¹ PNUMA, 2011.

As florestas possuem funções prioritárias de acordo com os usos a que são destinadas. Segundo dados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas do SFB, no ano de 2016, o montante das florestas públicas brasileiras se distribui da seguinte forma: Uso Comunitário 50,29%, Proteção a Biodiversidade 26,2%, Uso Militar 0,95% e não destinadas 22,3% e outros 0,26%.

De acordo com o CNFP, as florestas de uso comunitário correspondem às terras indígenas, às Unidades de Conservação sob

as categorias Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Extrativista (Resex), assim como aos assentamentos sustentáveis federais dos tipos Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto Agroextrativista (PAE). As áreas de florestas não destinadas correspondem às terras arrecadadas pela União e estados.

O Brasil abriga uma imensa biodiversidade, que aliada à sua extensão territorial, diversidade geográfica e climática, faz com que

o país ocupe o primeiro lugar no ranking dos países detentores de megabiodiversidade do Planeta, na medida em que possui entre 15 e 20% das 1,5 milhão de espécies descritas na Terra. Possui a flora mais rica do mundo, com cerca de 55 mil espécies de plantas superiores (22% do total mundial), 524 espécies de mamíferos, 1.677 de aves, 517 anfíbios e 2.657 de peixes⁴. Destaca-se que a pesquisa científica tem permitido a identificação permanente de novas espécies no território brasileiro.



Importante ressaltar que esta riqueza biológica está diretamente associada à grande diversidade sociocultural, resultante da diversidade de povos e comunidades tradicionais presentes no país.

< Fauna | Resex Barreiro das Antas
Foto: Luciano Malanski

4 LEWINSON & PRADO, 2000 apud MMA, 2002



Diversidade
Sociocultural do Brasil

Quebradeira de coco babaçu >
Tocantins

Foto: Carlos Carvalho



< Quebradeira de coco babaçu
Tocantins

Foto: Carlos Carvalho



Um estudo pioneiro realizado por Harmon em 1996 buscando estabelecer indicadores da diversidade biocultural⁵ demonstrou

⁵ A diversidade biocultural é um campo de pesquisa relativamente novo, que surgiu nos anos 1990 da convergência das ciências naturais, sociais e comportamentais, das ciências humanas aplicadas, políticas e de direitos humanos (POSEY 1999; MAFFI 2001 A; 2005; HARMON 2002; STEPP et al., 2002; CARLSON AND MAFFI, 2004 apud MAFFI, 2007). A diversidade biocultural pode ser definida como aquela que compreende a diversidade de vida em todas suas manifestações: biológica, cultural e linguística, que estão inter-relacionadas (e possivelmente em coevolução), dentro de um complexo sistema socioecológico adaptativo.

existirem, em escala global, sobreposições geográficas significativas entre a biodiversidade e a diversidade cultural⁶. Ainda evidenciou uma forte coincidência entre os países possuidores de megadiversidades biológica e cultural. Nesse estudo, o Brasil ficou no primeiro lugar no ranking dos maiores detentores de biodiversidade e no oitavo lugar do ranking dos países com maior diversidade cultural⁷. Deste modo, o Brasil é um dos países com maior diversidade biocultural do mundo.

Atualmente, existem 682 terras indígenas⁸ em alguma fase do procedimento demarcatório. Destas, 435 estão regularizadas e representam 12% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente, durante a década de 1980. A contribuição das terras indígenas, junto às unidades de conservação, é reconhecida na proteção da biodiversidade e da floresta.

⁶ Diversos autores, entre outros Krauss, 1992; Brush; 1996; Posey, 1999 e Maffi, 1999, assinalam que a linguagem é considerada um dos melhores indicadores da diversidade cultural.

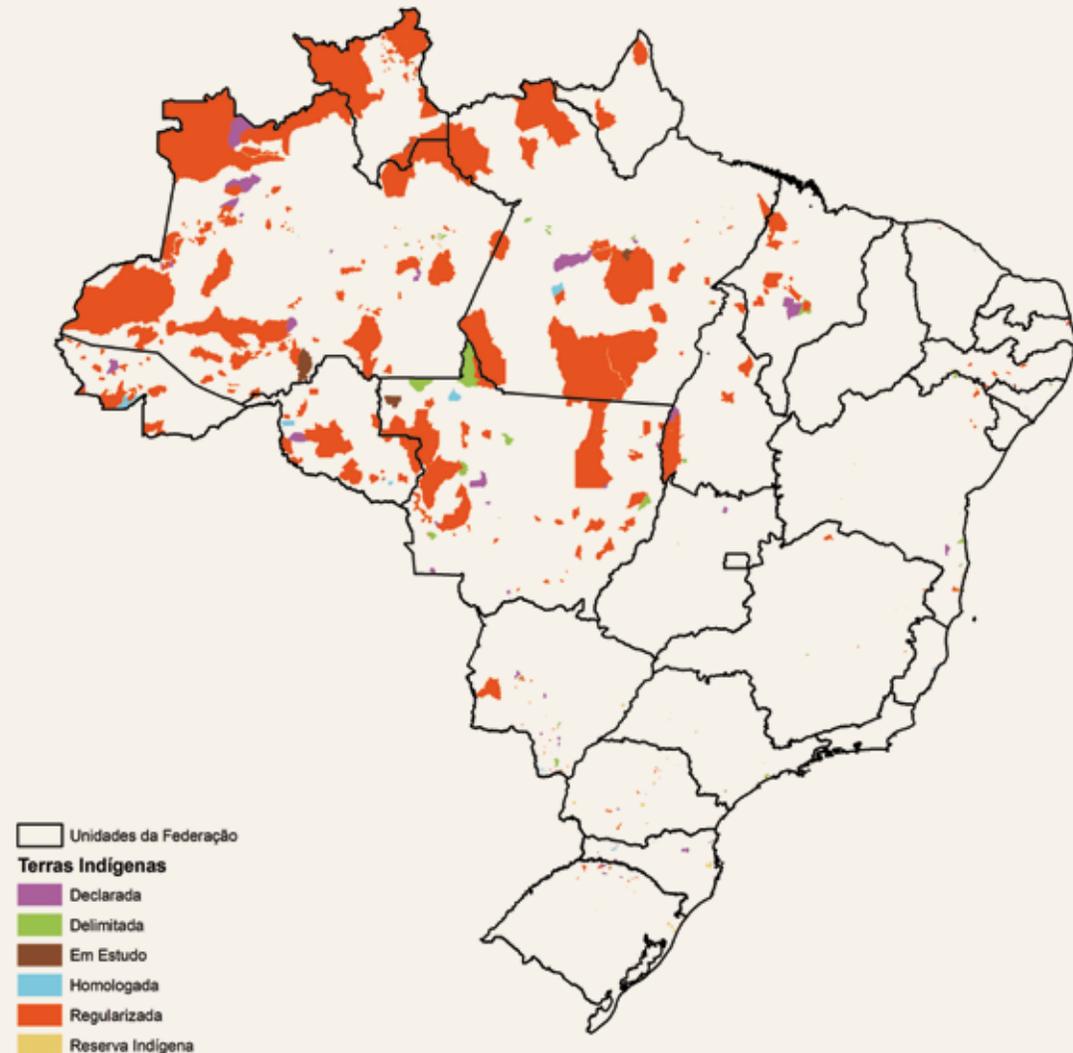
⁷ HARMON, 1996 apud MAFFI, 1999; 2007.

⁸ Site da Funai, 2017.

Segundo o Censo de 2010, a população indígena no país, que se reconhecia ou se declarava dessa maneira, compunha-se de 896 mil pessoas, representando aproximadamente 0,42% da população total, dos quais 36,2% residiam em áreas urbanas e 63,8% em áreas rurais. Os resultados do Censo apontam para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes.

A população indígena no meio rural mora majoritariamente em Terras Indígenas (TIs). A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Nesse sentido, a Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva.

Mapa 1 Terras Indígenas por Situação do Processo de Regularização Fundiária



Fonte: FUNAI (2017)



Mulheres indígenas Timbira da Terra Indígena Kanela, Barra do Corda/MA.

Foto: Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

O reconhecimento da contribuição destes territórios para conservação ambiental e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, bem como o apoio e fortalecimento das ações voltadas a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, é de extrema relevância no contexto socioambiental, destacando-se um potencial para fortalecimento das cadeias produtivas e uso sustentável dos recursos naturais.

Da mesma forma, destaca-se o reconhecimento aos povos e comunidades tradicionais, identificados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Em todo

o território nacional conformam diversos segmentos, sendo que 28 destes grupos compõem o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais⁹. Estas comunidades podem ser diferentes entre si e as denominações pelas quais são conhecidas podem se remeter à sua origem étnica, à sua principal atividade econômica, às características físicas, geográficas, ambientais de seus territórios, ou ainda aos aspectos de sua cultura e seu modo de vida. Ainda não se conta com dados demográficos oficiais, nem do território por elas ocupado. Porém, estima-se que, dos 850 milhões de hectares

⁹ Decreto 8.750, de 09 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

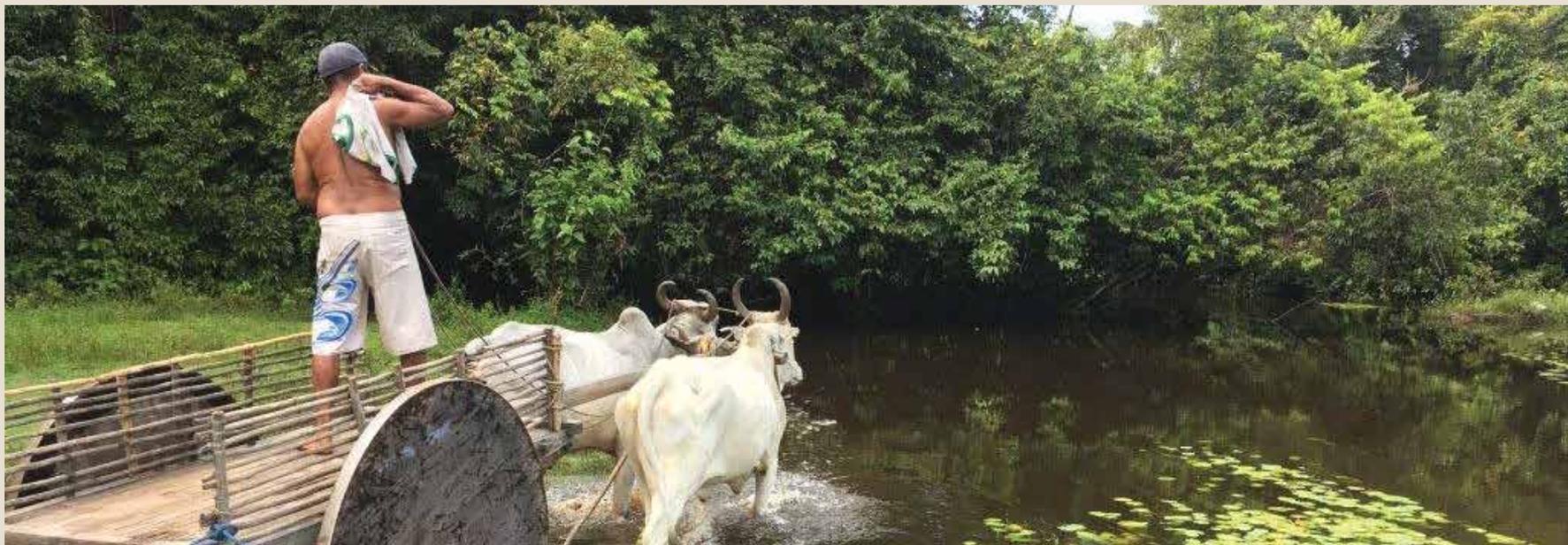
A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, tem o objetivo de “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.”

no Brasil, aproximadamente 25% correspondem às terras tradicionalmente ocupadas e, portanto, não se encaixam na categoria censitária oficial de “imóvel rural”, que é definida pela dominialidade¹⁰.

As comunidades quilombolas, embora compreendidas dentro das comunidades tradicionais, diferenciam-se das outras, pois, como os povos indígenas, têm reconhecido pela Constituição Federal de 1988¹¹ o direi-

¹⁰ ALMEIDA, 2008; 2010.

¹¹ O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.



to a permanecer definitivamente em seus territórios, necessários a sua reprodução física e cultural, afastados de constrangimentos e ameaças. Os quilombolas sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Apesar de existirem desde a escravatura, no fim do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, na maioria das vezes, não possuem escritura, embora, como já assinalado, tenham garantidos seus direitos na Constituição Federal de 1988. Vivem, em geral, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, variando de acordo com as regiões

em que estão situados. Na Amazônia, localizam-se muitas vezes ao longo dos rios e igarapés. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas. Contudo, o uso dos recursos ambientais com vistas à produção, nos quilombos, historicamente, tem apresentado uma dinâmica singular, revelando-se o uso dos territórios quilombolas imbuídos de valores e práticas de respeito à natureza. As comunidades quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, estando a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre e Roraima, além do Distrito

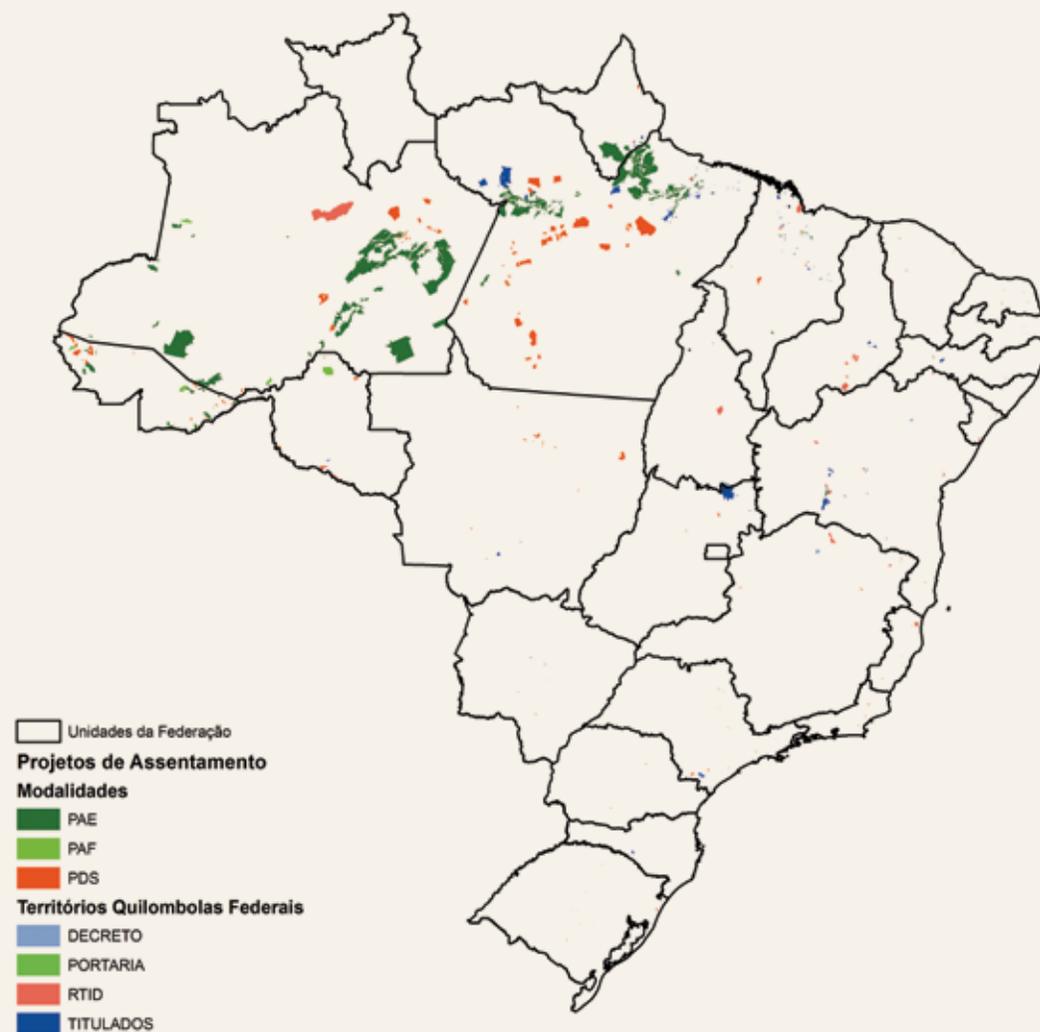
Comunidade Quilombola Entre Rio | Cururupu/MA.

Foto: Jacobson Rodrigues

Federal. Segundo informações de 2016 da Fundação Cultural Palmares (FCP), existem 2.849 comunidades remanescentes de quilombolas certificadas, estando a maior parte delas localizada no Nordeste. No Incra, autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombola, dados de 2013 revelam que 1.229 processos para titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombola estavam abertos. Entretanto, foram concedidos até 2013, títulos de regularização fundiária a apenas 207 comunidades, abrangendo 995,1 mil hectares e beneficiando 12.906 famílias¹².

12 SEPPPIR, 2013

Mapa 2 Projetos de Assentamento Diferenciados da Reforma Agrária e Territórios Quilombolas



Fonte: INCRA (2016)



Açaí | Resex do Rio Unini/AM

Foto: Luciano Malansky

O governo brasileiro, ao firmar compromisso com a Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas, publicou o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, que define os territórios quilombolas, terras indígenas e unidades de conservação como áreas protegidas e reconhece o papel que desenvolvem para a proteção e conservação dos ecossistemas.

As áreas protegidas somam 25% do território brasileiro, o que confirma a necessidade de articulação de agendas e políticas públicas que orientem as ações do Governo Federal nestas áreas.

Com relação às comunidades extrativistas residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais, o ICMBio realizou nos últimos anos levantamento censitário nas 77 Unidades de Conservação do território nacional, em especial as Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flona) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), em que foram cadastradas até o final de 2016, 56.903 famílias correspondendo a um número em torno de 300 mil pessoas. A partir deste cadastramento de famílias e diagnóstico socioeconômico em Ucs Federais, foi desenvolvido o Sistema de Cadastramento das Famílias em Unidades de Conservação. Recentemente o ICMBio instaurou licitação para firmar contrato de parceria para que seja desenvolvida uma nova versão do sistema, que seja capaz de gerar relatórios referentes às informações coletadas no cadastramento, sobre cada Unidade de Conservação, bem como realizar atualizações, correções e incorporações de novas famílias ao sistema por parte da gestão da Unidade.

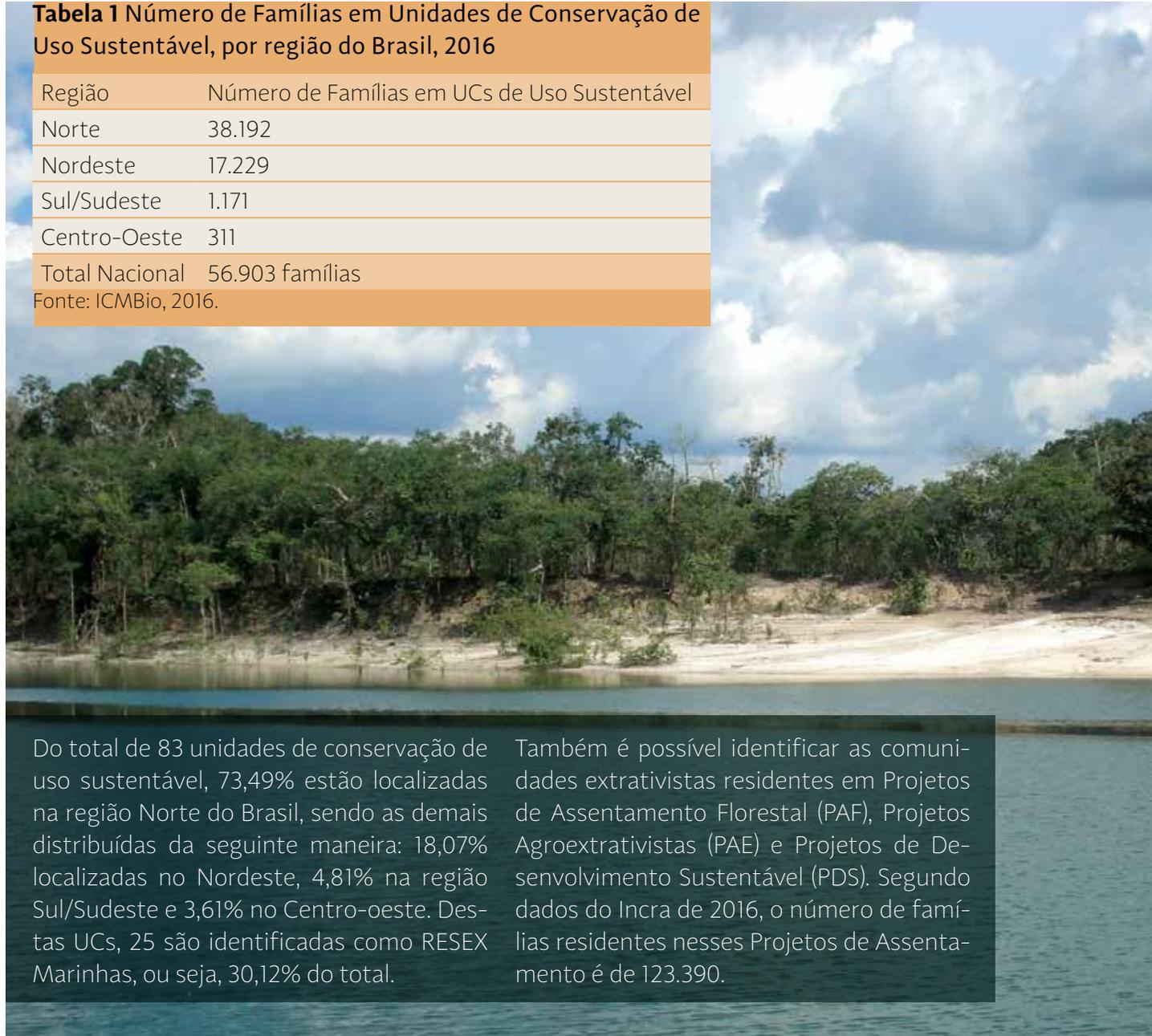
Tabela 1 Número de Famílias em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, por região do Brasil, 2016

Região	Número de Famílias em UCs de Uso Sustentável
Norte	38.192
Nordeste	17.229
Sul/Sudeste	1.171
Centro-Oeste	311
Total Nacional	56.903 famílias

Fonte: ICMBio, 2016.

Do total de 83 unidades de conservação de uso sustentável, 73,49% estão localizadas na região Norte do Brasil, sendo as demais distribuídas da seguinte maneira: 18,07% localizadas no Nordeste, 4,81% na região Sul/Sudeste e 3,61% no Centro-oeste. Dessas UCs, 25 são identificadas como RESEX Marinhas, ou seja, 30,12% do total.

Também é possível identificar as comunidades extrativistas residentes em Projetos de Assentamento Florestal (PAF), Projetos Agroextrativistas (PAE) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Segundo dados do Incra de 2016, o número de famílias residentes nesses Projetos de Assentamento é de 123.390.





Flona de Humaitá/AM
Foto: Acervo ICMBio

Mapa 3 Unidades de Conservação por modalidade



Fonte: ICMBio (2016)

As comunidades tradicionais ribeirinhas vivem em regiões de várzea, próximas a rio e têm modo de organização, reprodução social, cultural e econômica fundamentados no uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais. Segundo dados de 2016 da Secretaria de Patrimônio da União - SPU, residem 58.417 ribeirinhos, em territórios beneficiados pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAU em área da União.

É necessário mencionar ainda que vários segmentos tradicionais não possuem territórios reconhecidos, mas deverão ser considerados como público deste Plano.

Mapa 4 Ocorrência de TAUS



Unidades da Federação
Ocorrência TAUS

Fonte: SPU (2016)



Ouriço da castanha | Resex Ituxi/AM
Foto: Acervo ICMBio



A extração de produtos não madeireiros (óleos, resinas, ervas, frutos e borracha) e o manejo dos recursos florestais, desde que racionalmente utilizados, trazem benefícios econômicos às populações locais, fixam o homem no meio rural e melhoram sua qualidade de vida¹³.

De acordo com dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS/IBGE de 2015, o valor dos produtos não madeireiros na extração vegetal totalizou R\$ 1,5 bilhão, sendo os principais produtos que se destacaram pelo valor da produção: açaí (R\$ 480,6 milhões), a erva-mate (R\$ 396,2 milhões), castanha do Brasil (R\$ 107,4 milhões), carnaúba (R\$ 195,6 milhões), amêndoas de babaçu (R\$ 107,7 milhões) e piaçava (R\$ 101,3 milhões).¹⁴

13 IPAM, 2011

14 IBGE, 2015



Os povos e comunidades tradicionais compartilham o fato de serem grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar, por meios práticos ou simbólicos, uma identidade pública com algumas, mas não necessariamente todas, das seguintes características: pertencimento étnico, ancestralidade, cosmovisões distintas, gestão comunitária de seus territórios, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados, ressaltando-se as cosmologias e mitologias, uso de técnicas ambientais de baixo impacto, transmitidas entre gerações, ou em outras palavras, utilização de técnicas imbuídas por valores e práticas de respeito à natureza na gestão de seus territórios coletivos; formas

equitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis e liderança local.

Importante enfatizar que a conservação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais é condição fundamental para sua reprodução econômica, social e cultural. Isso porque a perda ou afastamento de suas terras, territórios ou territorialidades pode conduzir a seu desaparecimento como grupo coeso já que seus sistemas de conhecimentos tradicionais, que constituem a base de sua identidade cultural, se relacionam de forma intensa com os recursos naturais¹⁵.

15 GERMAN-CASTELLI, 2012.

Artesão trabalha borracha
Resex Cazumbá-Iracema/AP
Foto: Luciano Malanski

Mesmo diante deste contexto, até 2007, com exceção dos povos indígenas e quilombolas, as comunidades tradicionais não possuíam legislação que garantisse os direitos à terra ou território. A mudança ocorreu por meio do Decreto nº 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que no inciso I do Art. 3º do seu anexo, dispõe como um dos objetivos “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o



Resex Rio Unini/AM

Foto: Ana Flávia ZIngra Tinto

acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica”. A PNPCT é fundamental não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer obrigações ao poder público para com esses segmentos, com um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira. Salienta-se que os PCT não são voltados ao passado, tentando manter for-

mas arcaicas de viver, senão pelo contrário, estão em constante processo de adaptação, buscando as formas mais adequadas de se projetar no futuro sem abrir mão dos seus valores e da sua cultura¹⁶.

Grande parte dos segmentos dos povos e comunidades tradicionais pratica o extrativismo – em maior ou menor intensidade – combinando esta atividade com o plantio de culturas alimentares ou a criação de pequenos animais domésticos para compor a renda familiar.

Um outro exemplo de segmento tradicional extrativista é o das quebradeiras de coco babaçu, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que em 2015 lançou o “Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais” dos estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. Nos quatro estados, existem mais de 25 milhões de hectares de babaçuais, em diferentes densidades. O mapa destaca o papel fundamental do babaçu no modo de vida de mais de 300 mil mulheres que, organizadas no MIQCB, buscam conservar a espécie e garantir renda para as famílias das comunidades rurais¹⁷.

¹⁶ ALMEIDA, 2006.

¹⁷ Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mapa-revela-aumento-da-incidencia-de-babacuais-no-pi-to-ma-e-pa>



Pescador | Resex Verde para Sempre/PA

Foto: Leonardo Milano

Boas Práticas do Extrativismo Sustentável Orgânico

Estão sendo produzidos pelo MMA, MAPA e SFB cadernos técnicos e extrativistas para vinte e uma (21) espécies: Açaí, Andiroba, Babaçu, Barbatimão, Baru, Buriti, Cajuzinho-do-cerrado, Carnaúba, Caroá, Castanha do Brasil, Copaíba, Erva Mate, Espinheira Santa, Licuri Mangaba, Murumuru, Pequi, Piaçaba, Pracaxi, Seringueira e Umbu.

A elaboração e disseminação de cadernos de boas práticas do extrativismo sustentável tem como objetivo de produzir subsídios para a adoção e divulgação de boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros visando a construção de Projetos Extrativistas Sustentáveis. Para os técnicos que atuam no apoio às políticas públicas extrativistas foram desenvolvidos os Cadernos Técnicos, e para o público extrativista, os Cadernos Extrativistas.

Esses materiais dialogam com o Plano de Manejo Orgânico e estão embasados pela Instrução Normativa Conjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente nº 17, de 28 de maio de 2009, na qual o Projeto Extrativista Sustentável Orgânico é um documento que descreve um conjunto de práticas e fundamentos técnicos organizados para o Extrativismo Sustentável Orgânico de uma área determinada, com vistas ao reconhecimento da qualidade orgânica e que, em sua elaboração, deve atender os seguintes princípios gerais: conservação dos recursos naturais; manutenção da estrutura dos ecossistemas e suas funções; manutenção da diversidade biológica; desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional; respeito à singularidade cultural dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares e destinação adequada dos resíduos de produção, buscando ao máximo o seu aproveitamento.

O reconhecimento como orgânico é um opcional às diretrizes de extrativismo sustentável, podendo agregar valor aos produtos, e sendo a certificação de produção orgânica uma estratégia para que os produtores extrativistas tenham acesso a políticas públicas específicas de incentivo à produção orgânica.





No debate internacional sobre conservação da biodiversidade, tornou-se claro o elo entre a diversidade biológica, cultural e linguística, portanto, há a necessidade de pensar a conservação neste contexto diverso. Elaborar e implementar estratégias que apontem à conservação da sociobiodiversidade é essencial. Além de ser central para o bem-estar da humanidade, pois sustenta o funcionamento dos ecossistemas dos quais dependemos para alimentação, água potável, saúde e lazer. Sua perda também nos afeta cultural e espiritualmente – o que pode ser mais difícil de quantificar¹⁸.

Da mesma forma que à biodiversidade, à diversidade cultural pode ser atribuído um valor indireto pelo papel chave que desempenha, fato que tem sido salientado pela Convenção de Diversidade Biológica; e um valor direto, já que muitas atividades e produtos baseados no conhecimento tradicional dos povos e comunidades tradicionais são fontes importantes de renda, alimentos e cuidados de saúde para grande parte da população dos países em desenvolvimento. No mais, além de poderem servir de insumo para as inovações atreladas às

¹⁸ Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. Panorama da Biodiversidade 3, 2010.

◀ **Comunitários fazendo vinho de açaí na comunidade do Patauí | Resex do Rio Unini/AM**
Foto: Marina Minari

biotecnologias¹⁹, os conhecimentos tradicionais podem servir de base para o estabelecimento de regras eficazes de manejo e proteção dos recursos naturais.

Neste contexto, é importante que as políticas públicas de conservação da diversidade biológica e cultural tenham enfoque multidimensional e levem em consideração os diferentes padrões sociais, culturais, econômicos e ambientais que apresentam nas diferentes regiões do Brasil.

¹⁹ GERMAN-CASTELLI, 2004



Resex Cazumbá
Foto: Aurelice Vasconcelos

Programa de Apoio à Conservação Ambiental: BOLSA VERDE

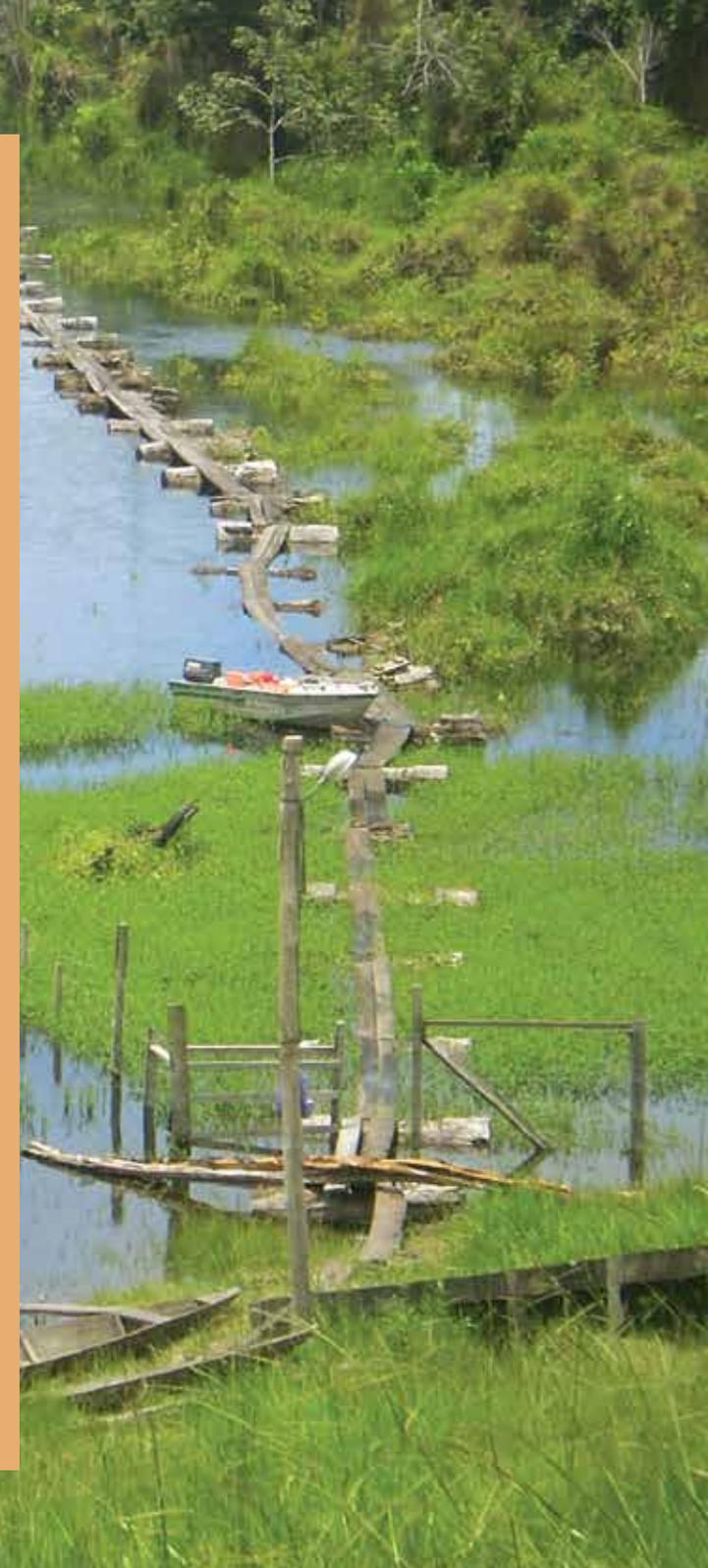
O Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde (PBV), instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, tem como objetivos: **a) incentivar a conservação dos ecossistemas**, entendida como sua manutenção e uso sustentável; **b) promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza** que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e **c) incentivar a participação de seus beneficiários, em ações de capacitação ambiental, social, educação, técnica e profissional**. Criado no âmbito do Parte do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), o Bolsa Verde é um Programa de transferência de renda com condicionalidades ambientais.

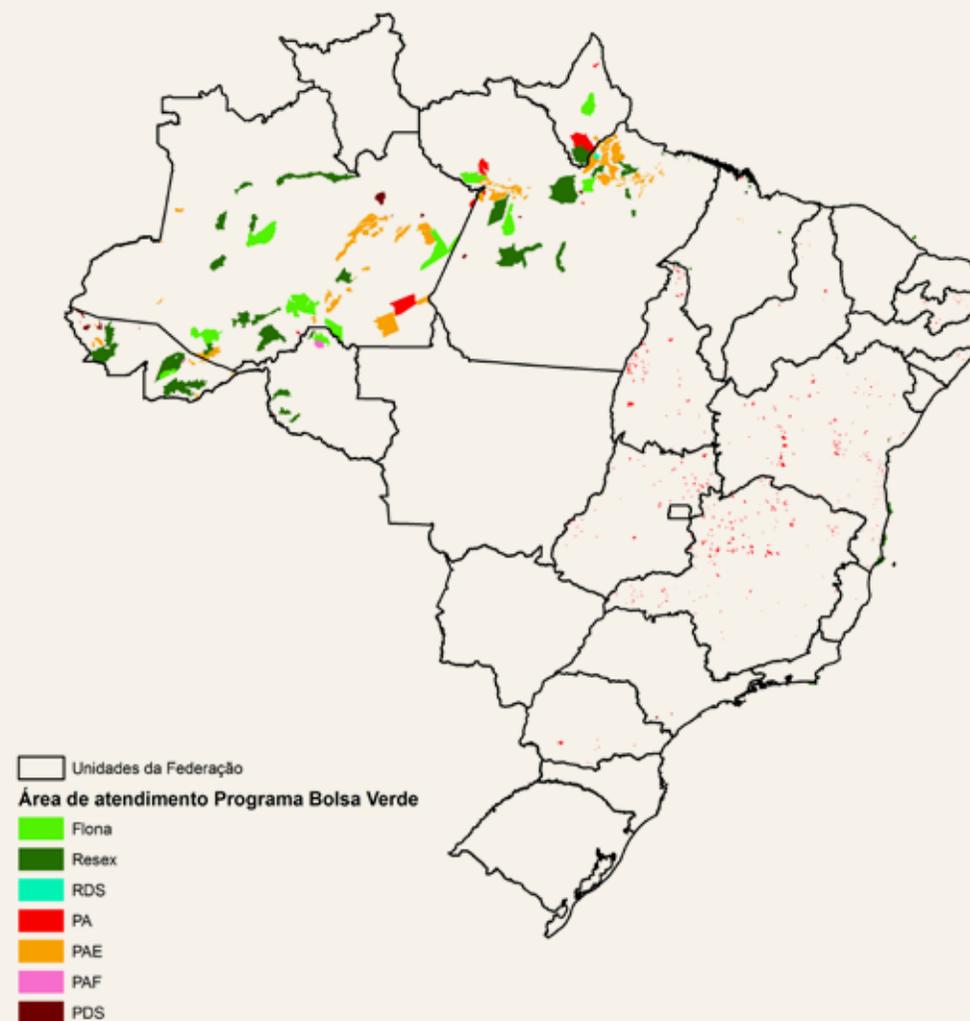
As áreas do Programa devem ter cobertura vegetal igual ou superior ao legalmente estabelecido no Código Florestal (Lei nº 12.651/12) para cada bioma, além de possuírem instrumento de gestão elaborado ou reconhecido pelo órgão gestor da área. As famílias poderão ser incluídas se atenderem as seguintes condições: estar em situação de extrema pobreza (renda familiar per capita mensal de até R\$ 85,00), cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), serem beneficiárias do Programa Bolsa Família, e que exercerem atividade de conservação ambiental, em áreas do Programa. Entende-se como tal, o uso sustentável dos recursos naturais, a manutenção da cobertura vegetal e o atendimento ao disposto no instrumento de gestão das áreas.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o órgão responsável pela coordenação, execução e operacionalização do Programa Bolsa Verde, observando, contudo, as deliberações do Comitê Gestor, formado pela Casa Civil da Presidência da República (PR), pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD-PR), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

O monitoramento do Programa é anual e possui duas vertentes: uma ambiental e outra socioeconômica. No primeiro caso, a análise da cobertura vegetal é realizada por imagens de satélite das unidades de conservação e dos projetos de assentamentos, verificando tanto a evolução do desmatamento nas áreas do Programa, quanto a observância dos limites estabelecidos no Código Florestal. O monitoramento socioeconômico amostral é realizado por meio de entrevistas, conduzidas com dois públicos, definidos por amostragem: um com beneficiários do Programa Bolsa Verde e outro com residentes nas mesmas áreas, porém não beneficiários.

O Monitoramento Ambiental Anual realizado em 2016, nas 944 áreas do Programa, das quais 904 (70 Unidades de Conservação - UCs e 834 Projetos de Assentamentos - PAs) possuem famílias beneficiárias (que recebem o recurso) totalizaram 30.264.607 ha monitorados, em 22 Estados das 5 Regiões do País. Dessas áreas, 96,18% mantiveram a cobertura vegetal dentro dos padrões estabelecidos pelo Código Florestal.



Mapa 5 Área de Atendimento Programa Bolsa Verde

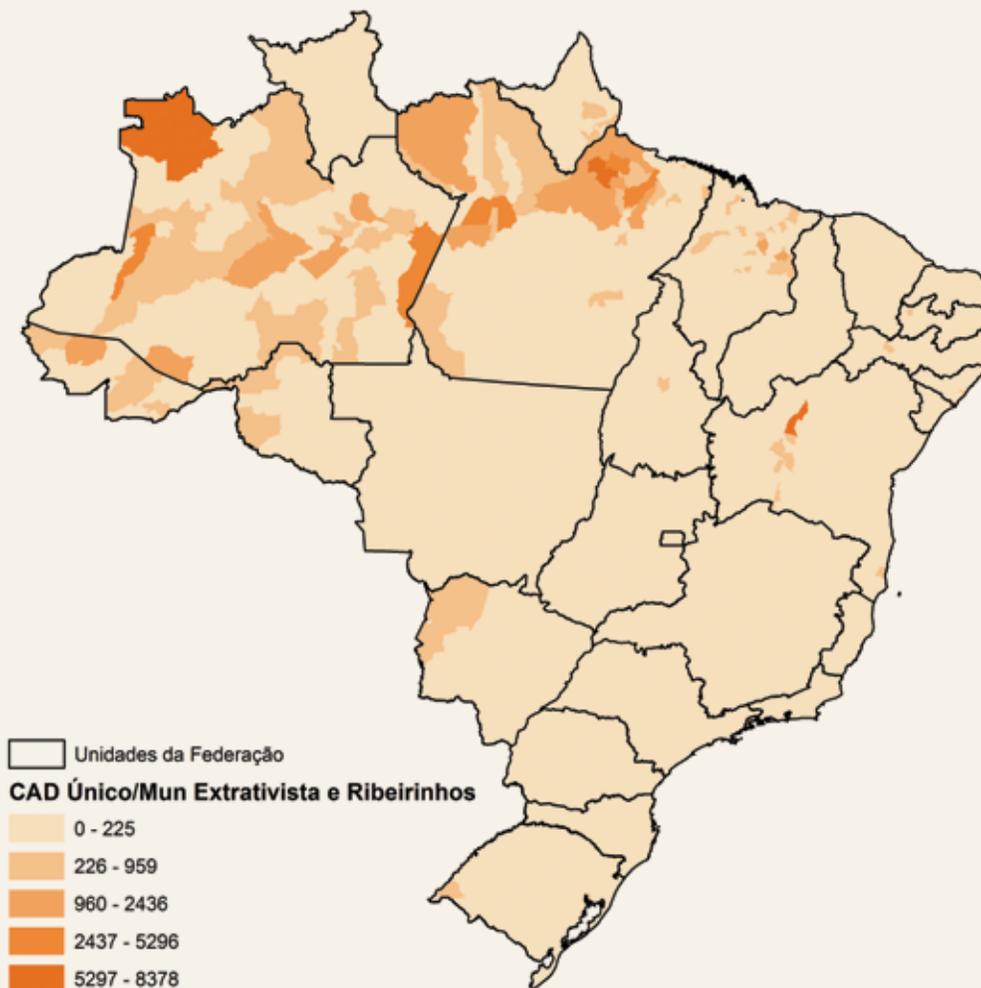
Fonte: DEX/MMA (2017)

< Flona Balata-Tufari
Foto: Acervo ICMBio

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

O CadÚnico realiza cadastramento dos grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE): indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos, dentre outros. Ao lado o mapa de concentração de registros no Cadastro Único da União por municípios declarados nas categorias: extrativista e ribeirinho.

Mapa 6 Concentração de registros no Cadastro Único da União, por municípios declarados, nas categorias: extrativista e ribeirinho; 148.136 ocorrências



Fonte: MDS (2017)



Povos e Comunidades Tradicicionais e a Mudança do Clima





Alterações climáticas são naturais e ocorrem no decorrer do tempo, entretanto, a partir da revolução industrial, as atividades humanas têm potencializado e interferido no regime climático global, graças ao aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. Embora a principal causa do aumento de GEE na atmosfera seja a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a degradação florestal são atividades que também emitem esses gases e contribuem para a mudança do clima²⁰. Em virtude de seus estilos de vida baseados, sobretudo, no uso e no manejo sustentado dos recursos naturais e da diversidade biológica das áreas em que vi-

²⁰ De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, o setor de Florestas e Outros Usos da Terra teve participação de 12% nas emissões globais no período de 2000 a 2009.

vem, receia-se que os impactos da mudança do clima sejam precoces e severos sobre as culturas e territórios de povos e comunidades tradicionais.

Essa maior exposição e sensibilidade à mudança do clima está parcialmente associada ao fato de que muitas comunidades podem estar localizadas em ecossistemas frágeis, sujeitos a extremos climáticos e a transformações espaciais aceleradas, principalmente por atividades antrópicas e modelos de desenvolvimento insustentáveis.

Vale destacar, também, que os povos e comunidades tradicionais que vivem no meio rural, são observadores das dinâmicas e transformações ambientais, impactos e tendências relacionados a estas, como parte integral de seus modos de vida. Assim,



Fauna | Resex Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Aurelice Vasconcelos

ao longo de sua história milenar, têm elaborado respostas e estratégias variadas, criativas e sustentáveis para lidar com a mudança do clima, constituindo-se como sujeitos ativos no desenho de cenários próprios de mudanças e de adaptação, a partir de parâmetros culturalmente específicos e diferenciados de percepção climática.

Considerando a sinergia entre os aspectos da adaptação à mudança do clima e mitigação, destaca-se, ainda, a importância dos conhecimentos tradicionais, das práticas

culturais, dos padrões de ocupação territorial e dos sistemas próprios de manejo e conservação dos recursos ambientais adotados pelos povos e comunidades tradicionais em seus territórios. Estas práticas tradicionais, e seus meios de vida, têm historicamente promovido a conservação da biodiversidade e dos ciclos hidrológicos, a contenção do desmatamento, a manutenção do estoque de carbono florestal e a provisão de uma série de serviços ambientais importantes para a manutenção da estabilidade das condições climáticas.

O instrumento conhecido como REDD+ (Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal) foi criado no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para incentivar países em desenvolvimento a conservar e a recuperar suas florestas.



Resex Canvieiras/BA
Foto: Enrico Marone

A arquitetura definida internacionalmente busca recompensar as sociedades engajadas na redução do desmatamento e da degradação, bem como na conservação de áreas florestais, através de pagamentos por resultados já obtidos pelo país, o que o possibilita decidir, soberanamente e em diálogo com a sociedade, onde e de que forma esses novos recursos devem ser aplicados.

No Brasil, a apropriação desse instrumento dá-se pela Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), que busca (i) coordenar e otimi-

zar a implementação de políticas públicas que auxiliem no alcance de resultados de redução de emissões de GEE, promovendo a convergência e complementaridade entre políticas de florestas, mudança do clima e biodiversidade; (ii) responder aos requisitos internacionais de comprovação da redução das emissões; e (iii) mobilizar recursos de pagamentos por resultados de REDD+ e possibilitar o investimento em políticas e iniciativas de conservação da floresta, gerando um círculo virtuoso de proteção das florestas.

A implementação da ENREDD+ é coordenada pela Comissão Nacional para REDD+²¹ (CONAREDD+), que conta com representantes dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil organizada, incluindo os movimentos que representam povos e comunidades tradicionais. Para

²¹ As salvaguardas formam um conjunto de 7 diretrizes, que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+.



auxiliar seus trabalhos e ampliar o diálogo com a sociedade, a CONAREDD+ instituiu Câmaras Consultivas Temáticas, a fim de tratar de temas específicos como (i) salvaguardas de REDD+ , (ii) pacto federativo e (iii) captação e distribuição de recursos não reembolsáveis.

A participação de representantes de povos e comunidades tradicionais nas instâncias de gestão da ENREDD+ é estratégica para possibilitar que seus conhecimentos e anseios sejam considerados na implementação de REDD+ pelo país e que participem da repartição de benefícios.

Apesar dos conhecimentos tradicionais acumulados sobre o funcionamento dos

ciclos naturais e dos ecossistemas, e de suas interrelações, a intensidade e velocidade com que os efeitos da mudança do clima têm se manifestado, nos diferentes biomas, pode implicar em um cenário em que a magnitude dos riscos futuros supere a capacidade de resiliência e de adaptação destes povos e a manutenção de suas práticas e meios de subsistência. Observam-se poucos estudos e iniciativas voltados à compreensão das percepções dos povos e comunidades tradicionais do Brasil sobre os indicadores e sinais da mudança do clima e sobre práticas e estratégias adaptativas agenciadas por estes para lidar com tais transformações.

Nesse contexto, é possível constatar que a mudança do clima é apenas um dos múltiplos efeitos indutores de impactos em Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas, Faxinais, Fundo de Pasto, e outras categorias de territórios de povos e comunidades tradicionais. Não pode ser analisada separadamente das transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais que tais povos e comunidades enfrentam atualmente. Nesse sentido, o fortalecimento de capacidades adaptativas dos povos e comunidades tradicionais deve necessariamente integrar-se aos esforços orientados à superação das desigualdades estruturais, à promoção da justiça climática e à salvaguarda dos direitos humanos.

Como parte dos esforços integrados de políticas de mudança do clima no Brasil, tanto a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), quanto o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), possuem ações específicas junto aos povos e comunidades tradicionais do país.

Segundo dados oficiais, as populações mais pobres sofrerão mais com os impactos das mudanças climáticas. Sua fragilidade so-

cioeconômica e dificuldade em lidar com eventos climáticos extremos cada vez mais recorrentes, respaldaram a construção da Estratégia, no âmbito do Plano Nacional de Adaptação, voltada exclusivamente para Povos e Populações Vulneráveis. Seu objetivo principal é promover a adaptação desses grupos populacionais a partir de um esforço preliminar de identificação e espacialização dos territórios dos grupos vulneráveis aos impactos da mudança do clima.

A Estratégia tem como recorte de público os grupos populacionais tradicionais e específicos cadastrados no CadÚnico, que incluem indígenas e segmentos de povos e comunidades tradicionais, tais como quilombolas, extrativistas, ciganos, pescadores e ribeirinhos. As metas no PNA para essa estratégia estão voltadas para o diagnóstico de vulnerabilidade à mudança do clima das comunidades alvo da PNGATI, do Plansan, do Planafe, dentre outras políticas públicas agroextrativistas.

Ao iniciarem a implementação do PNA, o MMA, MDS e Funai - órgãos responsáveis pela implementação da Estratégia - identificaram uma lacuna na participação e protagonismo de povos e comunidades tradicionais nas políticas de mudança do clima. Sendo assim, está em curso a elaboração de uma estratégia de sensibilização em mudança do clima, envolvendo as instâncias de diálogo já estabelecidas juntos aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. É por meio de um processo de efetiva participação, diálogo e protagonismo destes segmentos, que se dará continuidade à implementação das metas do PNA.



◀ Fauna | Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Aurelice Vasconcelos



Povos e Comunidades Tradicionais,
Patrimônio Genético e
Conhecimento Tradicional Associado

Corte da Seringueira
Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Leonardo Milano



A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado (CTA) e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, reconhece o papel importante que os povos e comunidades tradicionais têm na conservação da biodiversidade do país, e por conseguinte do patrimônio genético brasileiro.

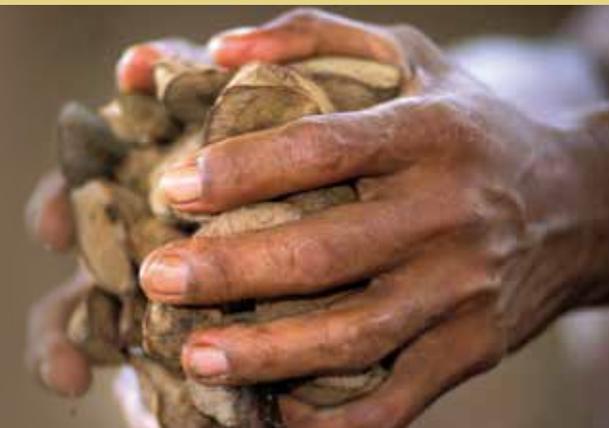
Detentores de vasto conhecimento tradicional associado ao uso dos recursos genéticos, segmentos tradicionais são frequentemente procurados por setores da sociedade com interesse em realizar pesquisas e desenvolver produtos a partir do acesso aos recursos e ao conhecimento a eles associado. Nesse contexto, é prevista na lei a figura da repartição de benefícios com as comunidades, derivados da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo fruto desse acesso, e pode acontecer por meio de duas modalidades:

MONETÁRIA: com dinheiro diretamente com a comunidade e/ou destinado ao Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, criado para receber e direcionar recursos voltados para projetos de povos e comunidades tradicionais.

Extrativista da castanha | Resex Resex Cajari/AP >
Foto: Luciano Candisani

NÃO MONETÁRIA: por meio de projetos de conservação, capacitação de pessoas, distribuição de produtos e outras coisas assim.

Certos da delicadeza e complexidade do tema, um grupo de trabalho instituído, à época, pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais para acompanhar e participar ativamente do processo de regulamentação da Lei nº 13.123, elaborou o guia: “Patrimônio Genético, Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios” com o objetivo de orientar povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares sobre como as atividades do dia-a-dia das comunidades podem ser impactadas e influenciadas pela legislação e, principalmente, sobre os direitos que os detentores têm sobre seu conhecimento tradicional. O guia pode ser acessado no site do MMA.





Participação Social e Integração das Políticas Públicas

APA Costa dos Corais/PE
Foto: Vanessa Nielsen



Nos últimos anos verifica-se o fortalecimento das políticas públicas de proteção da biodiversidade e da cobertura vegetal, além do fortalecimento das comunidades que residem e dependem da floresta. Neste contexto e com o horizonte na superação da extrema pobreza, as políticas públicas de conservação das diversidades biológica e cultural vêm adquirindo caráter multidimensional e passaram a considerar os diferentes padrões sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A adoção das políticas públicas orientadas ao fortalecimento do uso sustentável dos recursos naturais, à conservação ambiental, incluiu inovações institucionais: ampliou-se a participação de atores sociais nas políticas públicas através de conselhos e outros fóruns, como: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, fóruns e conferências, além da construção de políticas públicas por meio de grupos interminis-

teriais conjuntamente com representantes da sociedade civil, como por exemplo, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO.

Neste sentido, houve um significativo avanço na intersectorialidade das políticas públicas, cujo fundamento está no aumento da participação social na construção, implementação e monitoramento das questões ambientais e sociais. É neste contexto e com estes mesmos princípios que o Planape é concebido.

Dentre as políticas com recorte específico para povos e comunidades, ressalta-se ainda:

- ✓ A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída por meio do Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.





○ **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade** foi instituído em julho de 2009 pela Portaria Interministerial MDA, MDS e MMA nº 239, na qual foram estabelecidas as orientações para a implementação do Plano, quando as políticas passaram a observar e buscar fortalecer as cadeias produtivas e seus arranjos locais.

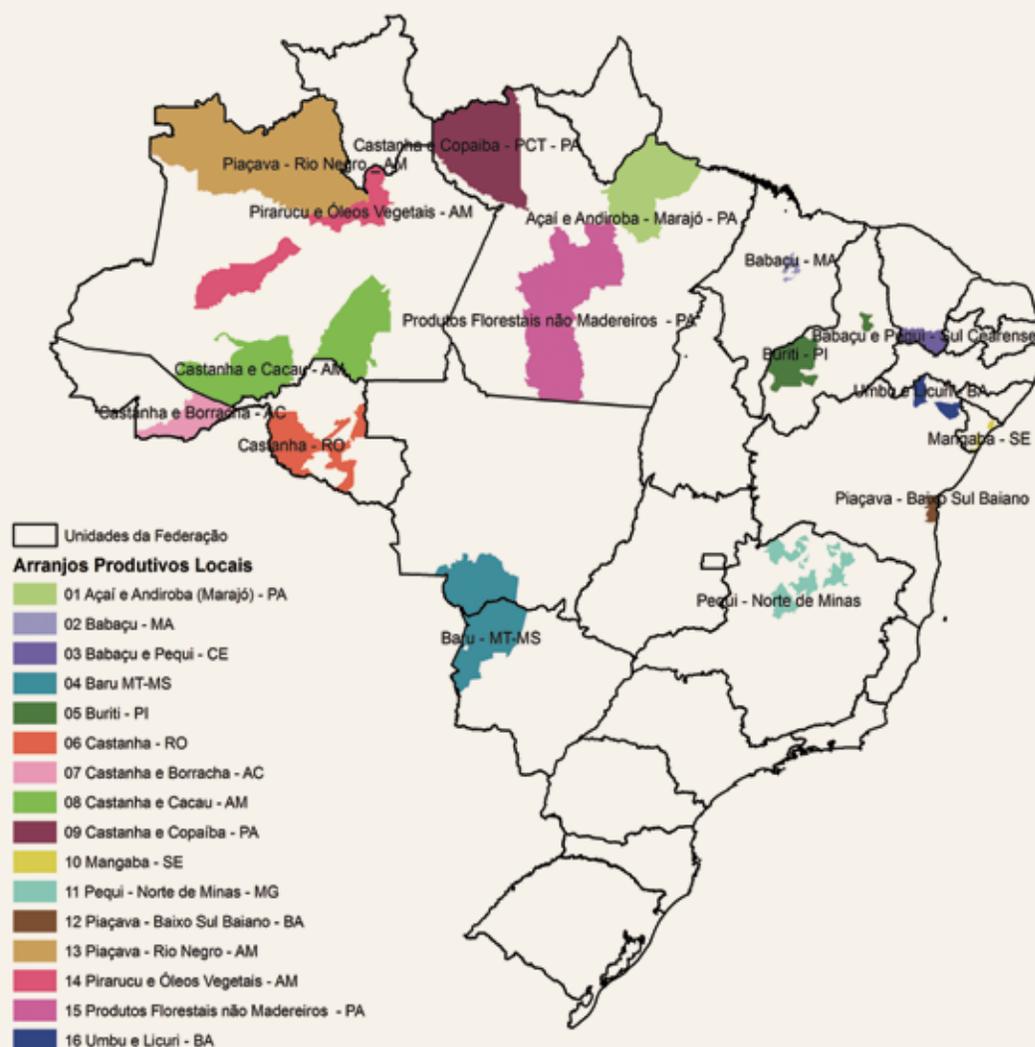
A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, apoiou, em 2012, 08 (oito) organizações da sociedade civil para o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais – APLs da Sociobiodiversidade nas regiões sudeste, nordeste e norte.

O objetivo foi ampliar o diálogo e a articulação dos atores sociais que participavam dos APLs, assim como capacitar as organizações locais para acessarem políticas públicas relacionadas à comercialização de produtos da sociobiodiversidade, especialmente, a PGPM-

-Bio, o PNAE e o PAA. Após a conclusão dos projetos apoiados, foram realizadas visitas de campo nas regiões beneficiadas e a realização de uma oficina de intercâmbio de experiências entre os atores envolvidos, sendo que essa avaliação resultou na elaboração de um documento, com a perspectiva de demonstrar o valor dos produtos da sociobiodiversidade para a inclusão socioeconômica de povos e comunidades tradicionais no mercado e para a conservação ambiental.

O PNPSB foi incorporado ao Planapo no ano de 2016 com a criação do eixo 6, Sociobiodiversidade, que visa o apoio à produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliação de sua visibilidade e consumo. No âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) – espaço com ampla participação da sociedade civil e governo para elaboração e monitoramento do Planapo, funciona a Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade (ST da Sociobio), apontada como fórum consultivo da agenda da sociobiodiversidade.

Mapa 7 Arranjos Produtivos Locais da Sociobiodiversidade



Fonte: DEX/MMA (2016)

- ✓ Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), instituída pela Portaria nº 2.866/2011, alterada pela Portaria nº 2311/2014, um marco histórico na Saúde e um reconhecimento das condições e dos determinantes sociais dos povos do campo, da floresta e das águas no processo saúde/doença dessas populações.
- ✓ Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos instituída por meio do Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, com o objetivo de garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.
- ✓ Alteração da Lei nº 8.427 de 27 de maio de 2008 (art. 2º), que passou a permitir o mecanismo de subvenção direta para os produtos extrativos, ampliando a política de subvenção aos produtos da sociobiodiversidade. Junto à PGPM-Bio, os investimentos no Pronaf e nos programas de compras públicas para aquisição de alimentos e de alimentação escolar, ampliaram o conjunto de políticas de fomento que passaram a incluir comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade – PGPMBio

A Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade – PGPMBio foi instituída com base na Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que possibilita o pagamento da subvenção para produtos da sociobiodiversidade.

O objetivo da Política é garantir um preço mínimo aos produtos extrativos, evitando que o extrativista receba menos do que o custo de produção, sobretudo nos períodos de safra dos produtos, em que os preços em geral são mais baixos, em virtude do aumento da oferta. Nesse momento a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, que operacionaliza a subvenção direta, paga um bônus ao extrativista, mediante a apresentação da documentação exigida que comprove que a venda do produto foi realizada por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo.

A gestão da PGPMBio é realizada por meio de um Grupo Gestor instituído por meio da

Portaria Interministerial nº 311/2010, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e com a participação dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento; do Desenvolvimento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, além da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e da Companhia Nacional de Abastecimento. Esse grupo possui a atribuição de propor as condições, os critérios, os limites e a forma para concessão da subvenção.

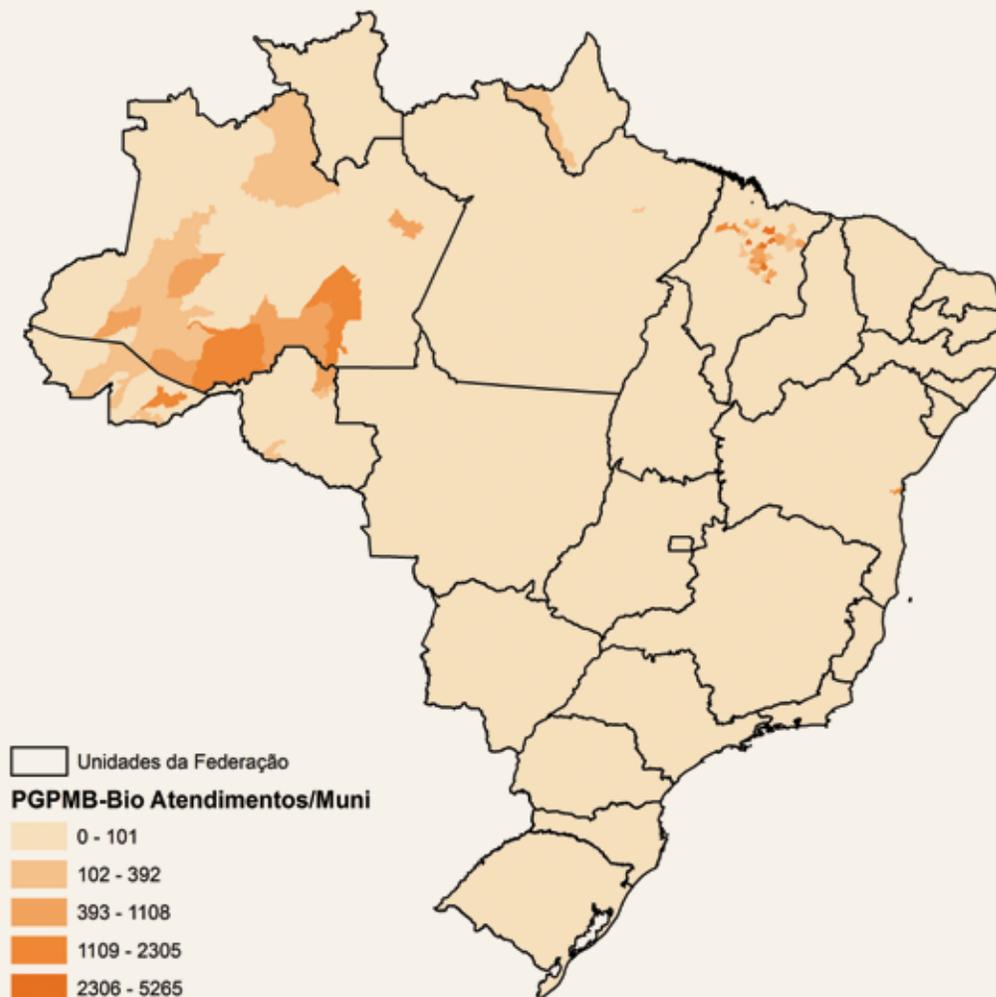
Desde o início da Política, em 2009, até o final de 2016 foram realizados mais de 65 mil acessos, com cerca de R\$ 34 milhões pagos diretamente aos produtores extrativistas ou suas organizações (cooperativas e associações), com cerca de 30 mil toneladas de produtos extrativos subvencionados. Atualmente a PGPMBio ampara 15 (quinze) produtos extrativos em todo o Brasil: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha natural, cacau, cas-

tanha do Brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, pequi, piaçava, pinhão e umbu.

A estratégia de apoiar a produção extrativa, é de grande importância, para a garantia da conservação das espécies exploradas, a biodiversidade em geral e a sustentabilidade das atividades extrativistas, ajudando dessa forma a conter a pressão pelo desmatamento, uma vez que a floresta, além de fonte de renda básica e trabalho, contribui para o sustento e bem-estar das comunidades que vivem em áreas ainda preservadas.

Com essa visão, o MMA, junto aos órgãos que compõem o Grupo Gestor da PGPMBio, vem desenvolvendo estudos sobre os serviços ecossistêmicos associados às cadeias dos produtos extrativos, de modo que tais serviços possam ser valorados, com possíveis recompensas aos extrativistas pelos serviços ambientais associados à sua produção e prestados à sociedade.

Mapa 8 Concentração de atendimentos da PGPMB Bio, por município; 61.000 atendimentos de 2009 a 2015.



Fonte: CONAB (2016)

Apesar dessas políticas atualmente alcançarem o público extrativista e ribeirinho, o Planafe preenche algumas lacunas importantes:

- i. Ao trazer as conceituações básicas sobre povos e comunidades tradicionais, presente no Decreto 6.040/2007, e sobre o extrativismo, presente na Lei 9.985/2000, possibilita associar em um único instrumento, a delimitação do público, ou seja, povos e comunidades tradicionais, que praticam o extrativismo.
- ii. Em sua estrutura matricial, o plano permite ampliar a articulação de um conjunto de ações por eixo, a saber (i) Infraestrutura; (ii) Inclusão Social; (iii) Fomento à Produção Sustentável; e (iv) Gestão Ambiental e Territorial para os povos e comunidades tradicionais que praticam o extrativismo.

Dessa forma o plano acrescenta uma qualidade nova ao conjunto de políticas. Especialmente por articular políticas e ações dirigidas aos povos e comunidades tradicionais, que possuem uma relação intergeracional com o uso sustentável dos recursos naturais. Buscando, deste modo, resultados na inclusão social, na valorização do patrimônio cultural e na conservação dos recursos naturais.

Diretrizes do Planafe



Foto: Leonardo Milano

Articular políticas públicas adequadas às realidades das comunidades extrativistas e ribeirinhas.



Foto: Aurelice Vasconcelos

Proporcionar o aumento da produção e da produtividade, visando à elevação da renda da família extrativista e ribeirinha.



Foto: Aurelice Vasconcelos

Desenvolver incentivos para pagamentos de serviços ambientais e ecossistêmicos prestados pelas comunidades extrativistas e ribeirinhas.



Foto: Aurelice Vasconcelos

Assegurar os direitos básicos das comunidades extrativistas e ribeirinhas, aos recursos naturais, ao território, à saúde, à educação e à produção sustentável, priorizando a superação da pobreza e da extrema pobreza.



Foto: Leonardo Milano

Desenvolver mecanismos de apoio à estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.



Foto: João Marcos Rosa

Garantir a participação social no âmbito do planejamento, monitoramento e avaliação do Planafe.



Foto: Jacobson Rodrigues

Combater o racismo étnico nas instituições governamentais.



Foto: Acervo ICMBio

Incentivar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade pelas comunidades tradicionais extrativistas e ribeirinhas.



Foto: Leonardo Milano

Ampliar o reconhecimento das formas de organização dos movimentos sociais, por parte das instituições e órgãos de governo.



Foto: Aurelice Vasconcelos

Viabilizar a inclusão social e produtiva das comunidades extrativistas e ribeirinhas, principalmente das mulheres e jovens.



Foto: Leonardo Milano

Considerar a questão de gênero e juventude nas políticas e programas governamentais visando a inclusão social e produtiva das mulheres e jovens.

A elaboração do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas, está organizado em **quatro eixos**, seguindo a estrutura da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, a saber:



Para estruturação do Plano foi utilizada a metodologia de construção da Árvore de Problemas e o Modelo Lógico. A partir da produção da Oficina do Planafe, estruturou-se cada eixo do plano com diretrizes e objetivos gerais e específicos, detalhando ações, metas para o período de 2017 a 2019, instituições e órgãos responsáveis, parceiros institucionais, previsões orçamentárias e fontes de financiamento, conforme apresentado a seguir.

A temporalidade do Plano de Ações do Planafe abarca o período de 2017 a 2019, acompanhando o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, visando facilitar o monitoramento da execução das ações propostas.

É importante sinalizar que o documento deverá passar por atualizações à medida que as articulações entre governo e sociedade civil avancem, especialmente por meio da Comissão Intersetorial do Planafe, que desempenha papel estratégico como espaço de diálogo e negociação das pautas das populações extrativistas e ribeirinhas. Do mesmo modo, é necessário salientar que responder às especificidades das populações extrativistas e ribeirinhas com uma oferta de serviços públicos apropriados requer um esforço permanente de adequação dos modelos de atendimento em todas as temáticas, como saúde, educação, infraestrutura, habitação, assistência técnica e extensão entre outras.

EIXO DE INFRAESTRUTURA

Família Ribeirinha
Resex Terra Grande Pracuúba/PA
Foto: Alex de Castro Fiúza





Flona Tapajós/PA
Foto: Leonardo Milano

O grupo de trabalho que se dedicou ao eixo infraestrutura e os demais participantes que contribuíram nas discussões durante a Oficina de novembro de 2016, identificaram como problemas centrais da temática de infraestrutura:

- i. Dificuldade de acesso à água para produção e consumo;
- ii. Insuficiência ou ausência de energia elétrica;
- iii. Dificuldade de infraestrutura para escoamento da produção e dificuldade na mobilidade das pessoas;
- iv. Baixo acesso a programas habitacionais.

Para cada problema central, causas foram priorizadas e para estas foram elaboradas propostas de ação.

Para o eixo infraestrutura foram priorizadas as seguintes causas:

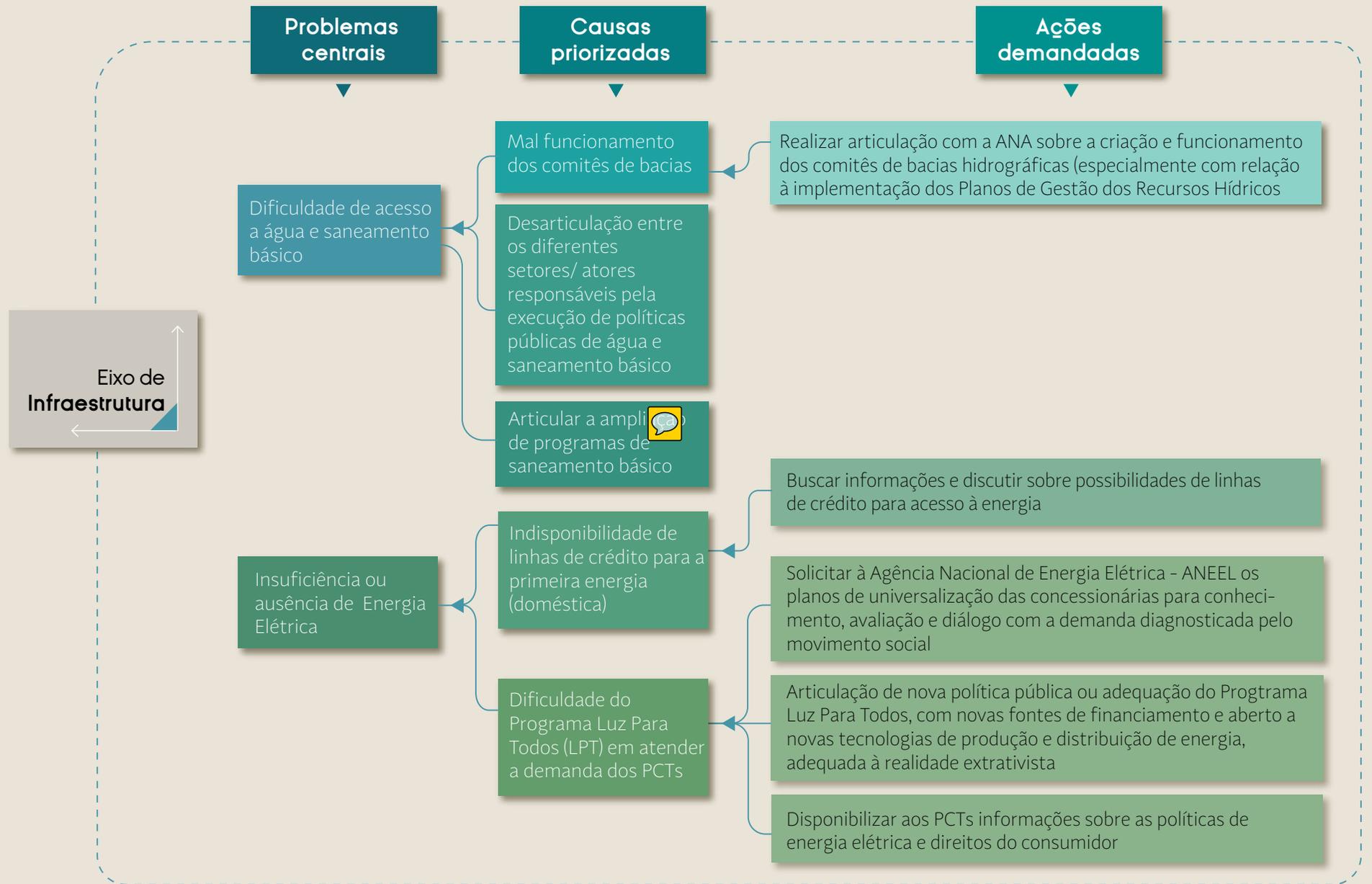
- ✓ Mal funcionamento dos comitês de bacias;
- ✓ Indisponibilidade de linhas de crédito para a primeira energia (doméstica);
- ✓ Dificuldade do Programa Luz Para Todos (LPT) em atender a demanda dos PCTs;
- ✓ Inexistência ou inadequação de vias de escoamento da produção e de mobili-

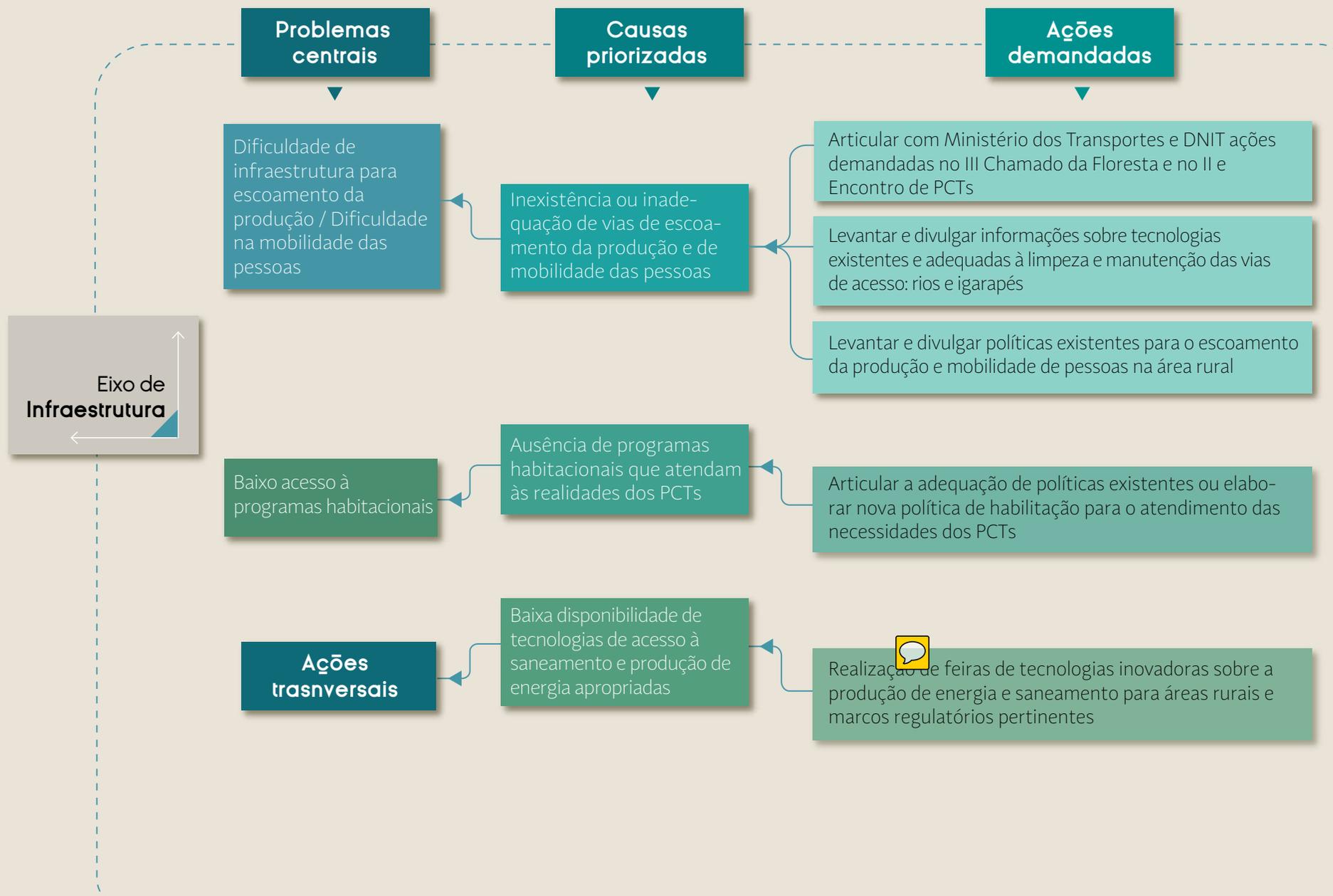
dade das pessoas;

- ✓ Indisponibilidade de linhas de crédito para a primeira energia (doméstica);
- ✓ Ausência de programas habitacionais que atendam as realidades dos PCTs;
- ✓ Baixa disponibilidade de tecnologias de acesso ao saneamento e produção de energia apropriados.

As ações demandadas na Oficina para atender aos problemas centrais, as causas priorizadas e as ações propostas são apresentadas nos diagramas seguintes. Na sequência são apresentadas as ações planejadas em resposta aos problemas identificados no eixo de Infraestrutura.

Diagrama 1 Eixo de Infraestrutura, Oficina do Planafe, 2016.





Ações do Eixo Infraestrutura**Macro-objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos de infraestrutura para comunidades extrativistas e ribeirinhas.**

Objetivo: Viabilizar acesso de comunidades extrativistas e ribeirinhas à água para consumo e produção.

Objetivos Específicos: Ampliar programas de saneamento básico.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Formular e implementar o Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR.	PNSR elaborado e em implementação.	FUNASA e MS	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	PPA - Programa 2068, Objetivo: 0355, Iniciativa: 06IV
Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico.	320 comunidades rurais e tradicionais atendidas com implantação, ampliação ou melhoria de ações de saneamento básico.	FUNASA e MS		PPA - Programa 2068, Objetivo: 0355 A.O.7656
	116 comunidades quilombolas atendidas com implantação, ampliação ou melhoria de ações de saneamento básico.	FUNASA e MS		PPA - Programa 2068 - Saneamento Básico Objetivo: 0355 A.O.7656
	Formas de atuação específica para quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais estabelecidas e implantadas.	FUNASA e MS		PPA - Programa 2068 - Saneamento Básico Objetivo: 0355
Ampliar as metas de atendimento às famílias extrativistas no âmbito do Projeto Sanear.	2.000 famílias atendidas.	MDS	MMA	PPA Ação – Acesso à Água para Consumo Humano – PO 001

Macro-objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos de infraestrutura para comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Objetivo: Ampliar a oferta de energia elétrica para comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Objetivos Específicos:

- Disponibilizar de linhas de crédito para a primeira energia (doméstica);
- Viabilizar as demandas dos PCTs no Programa Luz Para Todos;
- Disponibilizar aos PCTs informações sobre as políticas de energia elétrica.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Revisar as metas de universalização de energia elétrica para comunidades isoladas.	28.414 ligações em comunidades isoladas realizadas.	MME, ANEEL, Eletrobrás, Distribuidoras de energia	MMA/ ICMBio	PPA - PROGRAMA: 2033 Objetivo:0045
Instalar energia solar (sistemas isolados) pelo Programa Luz Para Todos em residências e prédios públicos.	9 unidades de conservação atendidas, sendo 5 no AM e 4 no PA, com 4.552 famílias beneficiadas.	MME	ICMBio	PPA - PROGRAMA: 2033 Objetivo:0045
Desenvolver o Projeto RESEX Produtoras de Energia Limpa, com sistema de energia solar instalado para atendimento a uma atividade produtiva e capacitação de comunitários para a instalação e manutenção do sistema.	3 unidades de Conservação do Sul do Amazonas atendidas.	ICMBio e WWF	MME	WWF
Distribuir materiais do MME por meio dos representantes do Planafe, do CNPCT e gestores de UCS.	Folder explicativo da tarifa social, Cartilha do Produtor e Cartilha do Multiplicador distribuídos.	MME	MMA e ICMBio	PPA
Produzir cartilha explicativa sobre a potencialidade e usos de energia solar.	Cartilha finalizada e distribuída.	ICMBio e WWF	MME	WWF

Macro-objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos de infraestrutura para comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Objetivo: Ampliar a oferta de energia elétrica para comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Objetivos Específicos:

- Disponibilizar de linhas de crédito para a primeira energia (doméstica);
- Viabilizar as demandas dos PCTs no Programa Luz Para Todos;
- Disponibilizar aos PCTs informações sobre as políticas de energia elétrica.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições res- ponsáveis	Parceiros	Fonte
Mapear o potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, considerando a demanda existente.	1 mapeamento realizado.	Sead	Funai	PPA - PROGRAMA: 2012 OBJETIVO: 0413 AÇÃO 210V
Criar e implementar o GT para elaboração da proposta do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar.	1 Grupo de Trabalho criado e em funcionamento.	Sead	MME, MCTIC, MMA, Funai	PPA - PROGRAMA: 2012, OBJETIVO: 0413, AÇÃO 210V
Sistematizar e difundir, por meio de publicações, capacitações e eventos, informações e instruções para viabilizar o aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	10 publicações, capacitações e eventos realizados.	Sead		PPA - PROGRAMA: 2012, OBJETIVO: 0413, AÇÃO 210V



Macro-objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos de infraestrutura para comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Objetivo: Viabilizar infraestrutura para escoamento da produção e mobilidade das pessoas.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Construção de Trapiche em Salinópolis/PA.	Trapiche construído.	MAPA	Prefeitura Municipal de Salinópolis	PPA - PROGRAMA: 2077, OBJETIVO: 1051
Construção de Barracão em Cananéia/SP.	Barracão construído.	MAPA	Prefeitura de Cananéia-SP	PPA - PROGRAMA: 2077, OBJETIVO: 1051
Elaborar relatório a respeito do escoamento da produção da pesca artesanal.	Relatório elaborado.	MAPA	Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)	OEI

Macro-objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos de infraestrutura para comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Objetivo: Viabilizar o acesso à políticas e programas habitacionais

Objetivo Específico: Adequar programas governamentais de habitação visando o atendimento das realidades de PCTs.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Grupo de Trabalho para discutir a utilização de madeira no Minha Casa Minha Vida Rural.		MMA	Ibama, ICMBio, SFB, M Cidades	PPA



A photograph of several young children sitting at long wooden desks in a rustic classroom. The walls are made of vertical wooden poles, and the floor is dirt. The children are focused on their schoolwork, with some writing in notebooks. The lighting is warm and natural, coming from the side. A white graphic element consisting of an L-shaped line with arrows at the ends is positioned over the text.

EIXO DE INCLUSÃO SOCIAL

Escola do Projeto Seringueiro de Educação
Seringal Porongaba | Brasília/AC
Foto: Carlos Carvalho



As discussões sobre inclusão social, realizadas durante a Oficina do Planafe, apontaram como problema central a dificuldade de acesso de comunidades extrativistas e ribeirinhas às políticas e serviços públicos de qualidade, nas áreas: educação, saúde, previdência e assistência social, segurança e direitos humanos.

Dentre as causas priorizadas pelos participantes para a precariedade do sistema educacional estão:

- i. Ausência/ Insuficiência de escolas públicas e gratuitas nas comunidades;
- ii. Inadequação dos cursos ofertados (currículos, horários, calendários acadêmicos) em atendimento às demandas locais; e

iii. Inadequação de ações de permanência para a redução do êxodo dos estudantes, em todos os níveis de formação.

Como ações para estas causas foram apontadas:

- ✓ Realizar diagnóstico da oferta/demanda de escolas nas comunidades (identificar a "taxa de cobertura" nesses territórios);
- ✓ Articular junto aos estados e municípios o atendimento das demandas educacionais nos territórios;
- ✓ Fornecer estrutura de docência para instalação de escolas em territórios de PCTs;
- ✓ Viabilizar formação de jovens na pedagogia de alternância dentro das UCs e outros territórios tradicionais;

**Menino na Lagoa Amarin
Resex Tapajós-Arapiuns/PA**

Foto: Acervo ICMBio

- ✓ Fazer recorte diferenciado nas políticas de assistência estudantil (bolsas/ vagas nas casas de estudantes) para extrativistas e ribeirinhos;
- ✓ Elaborar e implementar um plano de educação/formação considerando as especificidades dos extrativistas e ribeirinhos.

No que diz respeito à precariedade no sistema de saúde foram apontados como causas prioritárias

- i. A inadequação dos atendimentos de saúde (SUS);



Resex Cazumbá-Iracema/AC

Foto: Aurelice Vasconcelos

- ii. A ausência de reconhecimento das doenças relacionadas às atividades dos extrativistas e ribeirinhos; e
- iii. A baixa regulamentação e incentivo às práticas e terapias tradicionais de saúde.

As ações demandadas na Oficina para a temática da saúde foram:

- ✓ Fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral das populações do Campo, Floresta e das Águas junto aos estados e municípios, por meio de oficinas regionais de capacitação nas políticas e programas;
- ✓ Realizar diagnóstico da distribuição dos agentes comunitários de saúde (ACS) e da Equipe de Saúde das Famílias Ribeirinhas (ESFR)/Equipe de Saúde das Famílias Fluviais (ESFF) para a priorização de novas habilitações;
- ✓ Priorizar o programa Mais Médicos nas regiões e territórios de PCTs;
- ✓ Promover a aproximação entre os gestores de saúde, conselhos e gestores de UCs;
- ✓ Fortalecer a Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com vistas a regulamentar e incentivar as práticas e terapias tradicionais;
- ✓ Identificar as doenças e acidentes de trabalho relacionadas às atividades extrativistas e ribeirinhas;

- ✓ Formalizar o reconhecimento das doenças ocupacionais/ acidentes de trabalho.

Dentre as causas identificadas para a precariedade das políticas e serviços de previdência e assistência social, foram priorizadas:

- O Cadastro Único e a Política de Assistência Social não atendem a totalidade das famílias de extrativistas e ribeirinhos em situação de pobreza;
- A ausência do recorte específico de ribeirinhos e extrativistas na maioria dos cadastros sociais e bancos de dados oficiais; e
- A ausência da caracterização das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho específicos de extrativistas e ribeirinhos.

E as ações propostas para o enfrentamento dos problemas e causas identificadas foram:

- ✓ Fortalecer a Busca Ativa priorizando o público de extrativistas e ribeirinhos;
- ✓ Realizar mutirões da cidadania de forma integrada com a Busca Ativa para CadÚnico;
- ✓ Sensibilizar a gestão municipal de assistência social para promover o atendimento qualificado de PCT's;

- ✓ Incentivar as parcerias locais entre os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e os gestores das UCs;
- ✓ Unificar a linguagem de denominação do público através dos órgãos oficiais;
- ✓ Articular a inserção da categoria ribeirinhos e extrativistas nos registros administrativos e bancos de dados da assistência e previdência social e saúde;
- ✓ Propor o levantamento de dados e a realização de pesquisas com o recorte dessa população;
- ✓ Propor a oficialização das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho relacionados às atividades extrativistas e ribeirinhas para o recebimento dos benefícios previdenciários (exemplo: licenças, aposentadoria, etc.).

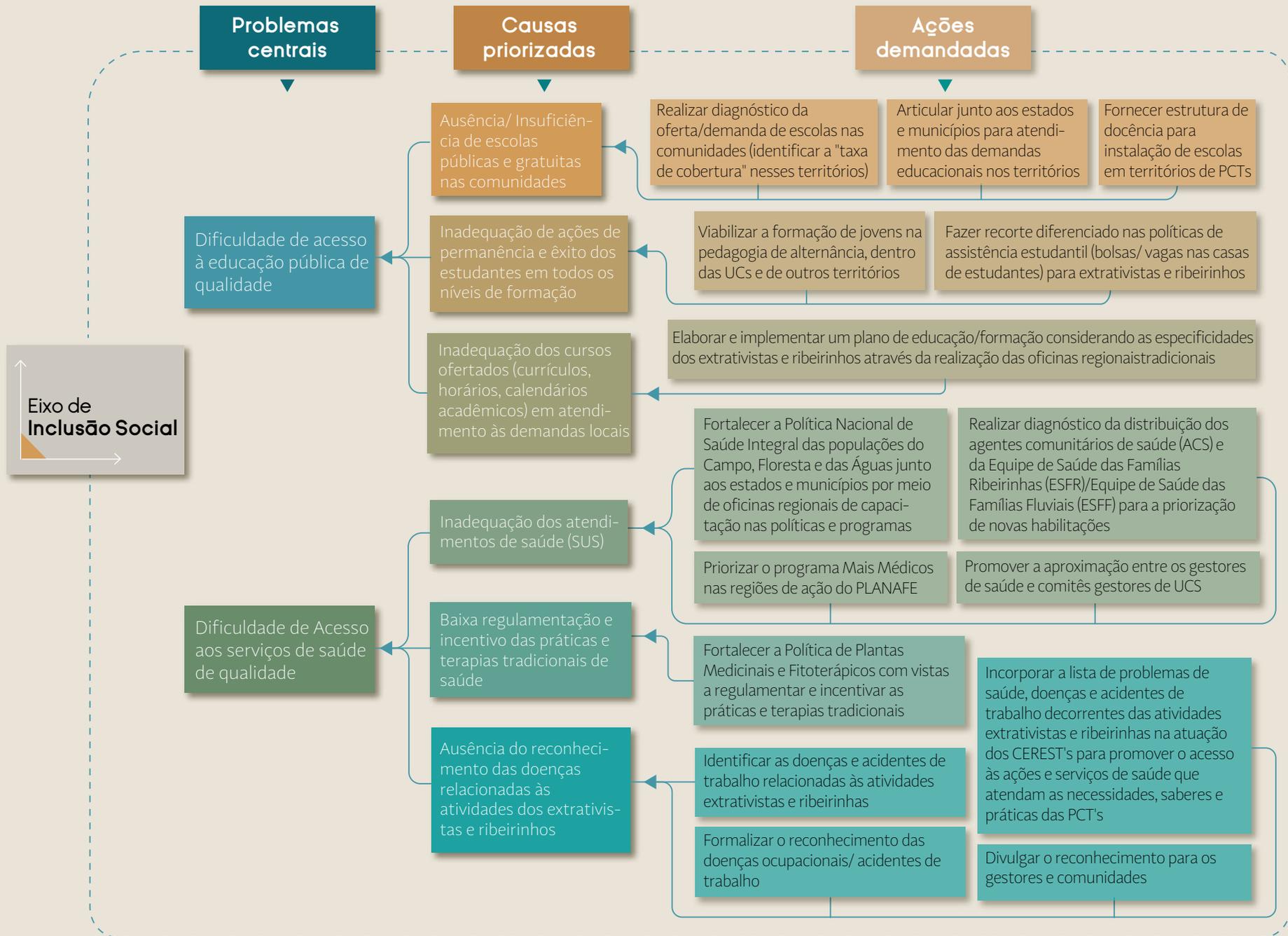
Com relação à segurança pública, a principal causa apontada na Oficina foi a baixa eficiência e efetividade dos órgãos e políticas públicas nas garantias de segurança e também na consecução dos direitos humanos. E a ação proposta diz respeito à articulação, junto aos órgãos responsáveis pelas políticas de segurança e de direitos humanos, visando ampliação e efetividade das ações relacionadas aos extrativistas e ribeirinhos, com especial atenção para os programas de proteção às lideranças ameaçadas.

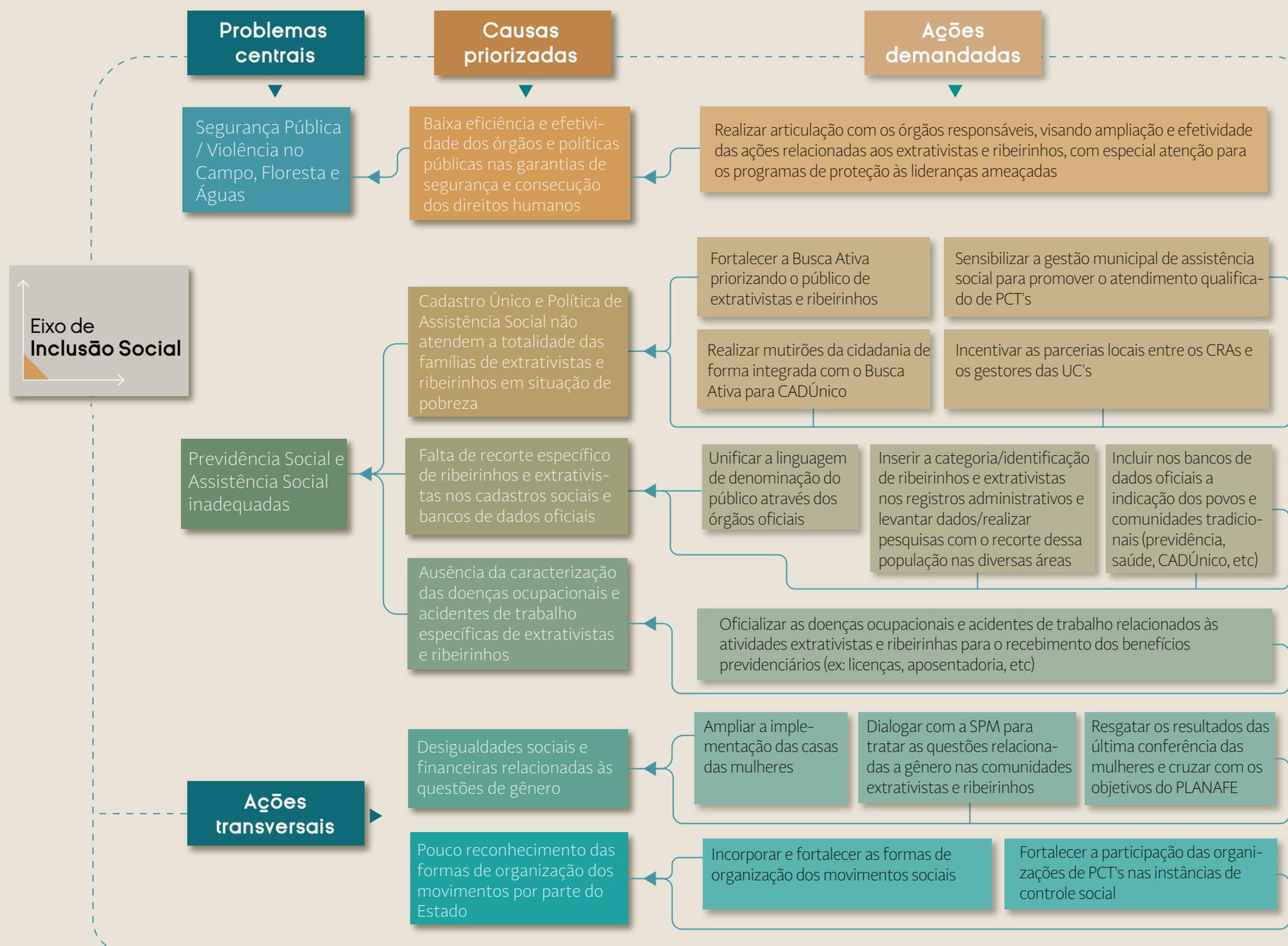
Como causas transversais para a dificuldade de acesso de extrativistas e ribeirinhos às Políticas e Serviços de Inclusão Social, apontou-se: o pouco reconhecimento, por parte do Estado, das formas de organização dos movimentos sociais e as desigualdades sociais e financeiras, relacionadas especialmente às questões de gênero. As ações propostas para o enfrentamento dos problemas apontados foram: ampliar a implementação de unidades de atendimento às mulheres; dialogar com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, para tratar as questões relacionadas a gênero das populações e comunidades extrativistas e ribeirinhas (incluindo os resultados da última Conferência das Mulheres); operacionalizar o Planafe como forma de incorporar e fortalecer as formas de organização e participação dos PCT's nas instâncias de controle social.

Os problemas, as suas causas priorizadas, assim como as ações propostas, podem ser conferidas no diagrama a seguir.



Diagrama 2 Eixo de Inclusão Social, Oficina do Planafe, 2016.





Ações do Eixo de Inclusão Social

Macro-objetivo: Ampliar o acesso das comunidades extrativistas e ribeirinhas às políticas e serviços públicos de qualidade nas áreas: saúde, educação, previdência e assistência social e segurança.

Objetivo: Ampliar a quantidade e qualidade dos serviços na área da educação.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Acompanhar a frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).	89,5% de acompanhamento dos beneficiários do PBF.	MEC	MDS, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo: 0374, Meta: 00SY, Iniciativas: 05UC, 05UD, 05UE, 05UG
Realizar formação Inicial e Continuada de Professores nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, e temáticas da Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.	Professores com formação específica nas temáticas da diversidade e inclusão.	MEC	Instituições de Ensino Superior, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo: 1008, Metas 04K7 e 04KB
Apoiar, em regime de colaboração com estados e municípios, a oferta de turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, por meio do Programa Brasil Alfabetizado	Ação abrangente que impossibilita o recorte para o público específico dos povos e comunidades tradicionais.	MEC	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo: 1007, Metas: 04KL, 04T5
Ampliar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) às populações do campo, quilombolas e indígenas, mediante assistência financeira para oferta de novas turmas de EJA nas redes de ensino e manutenção das turmas com recursos do FUNDEB.	Ação abrangente que impossibilita o recorte para o público específico dos povos e comunidades tradicionais.	MEC	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo 1007, Meta 04KL

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Promover ações de elevação de escolaridade dos jovens, visando à conclusão do ensino fundamental com qualificação profissional inicial e participação cidadã, na forma de curso (PROJOVEM).	Ação abrangente que impossibilita o recorte para o público específico dos povos e comunidades tradicionais.	MEC	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo 1007, Metas: 04KM, 04T3
Elevar o atendimento escolar para toda população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente em classes comuns da rede regular de ensino.	Ação abrangente para todos os sistemas de ensino; impossibilita o recorte para o público específico dos povos e comunidades tradicionais.	MEC	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo 1007, Meta 04KI
Promover ações de melhoria da infraestrutura física e dos recursos didáticos e pedagógicos para escolas que atendem às populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> · Construção de escolas; · PDDE: Campo, Água, Acessibilidade; · PNLD (Programa Nacional do Livro Didático); · Produção de materiais em cursos de formação de professores indígenas 	MEC e FNDE	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.	PPA: Programa 2080, Objetivo 1007, Meta 04KJ
Fomentar e coordenar a oferta de programas específicos às diferentes realidades socioculturais do campo para professores do campo, incluídos os de comunidades extrativistas e ribeirinhas, nas ações de Formação Continuada de Professores em Educação do Campo.	Oferta de cursos de formação continuada para professores ampliada.	MEC	Secretarias de Educação e Instituições Públicas de Educação Superior	PPA: Programa 2080, Objetivo 1008; Meta 04KB
Fomentar e coordenar a oferta de cursos de Formação Inicial em Licenciatura em Educação do Campo para professores do campo, incluídos os de comunidades extrativistas e ribeirinhas.	Oferta de cursos de formação inicial para professores ampliada.	MEC	Secretarias de Educação e Instituições Públicas de Educação Superior	PPA: Programa 2080, Objetivo 1008, Meta 04K7.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Fomentar e coordenar a oferta de formação continuada no âmbito da ação <i>Escola da Terra</i> , para professores do campo, incluídos os de comunidades extrativistas e ribeirinhas, que atuam em classes multisseriadas (Aperfeiçoamento).	Oferta de cursos de formação continuada na ação Escola da Terra para professores ampliada.	MEC	Secretarias de Educação e Instituições Públicas de Educação Superior	PPA: Programa 2080, Objetivo 1008, Meta 04KB
Apoiar a realização de cursos de Formação continuada de professores para educação escolar quilombola (2017).	200 professores capacitados em MG e MT.	MEC	UFMG e UFMTPPA: Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos	PPA: Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos
Apoiar a distribuição de material didático para educação escolar quilombola (2017/2018).	1.729 escolas do Rio Grande do Sul atendidas (escolas de municípios com comunidades quilombolas e escolas quilombolas).	MEC	SEPPPIR; Universidade Federal de Pelotas	PPA
Realizar reuniões técnicas para fomentar a implementação da Resolução CNE nº 08/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (2017).	9.284 professores que atendem a 183.479 estudantes, mobilizados.	MEC	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação de PE, BA, MA, MG, PA, UNDIMÉ, CONSED, CONAQ, SEPPPIR.	PPA: Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos
Promover a realização do Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola (2018).	150 participantes	MEC	UNDIME, CONSED, CONAQ, MDHC/SEPPPIR	PPA: Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos
Apoiar a realização do Projeto de Formação de Professores Extrativistas da Terra do Meio no Magistério de Nível Médio (2016-2019).	75 professores do estado do Pará formados.	MEC	UFPA, Secretaria Estadual de Educação do Pará e Secretaria Municipal de Educação de Altamira	PPA: Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos



Macro-objetivo: Ampliar o acesso das comunidades extrativistas e ribeirinhas às políticas e serviços públicos de qualidade nas áreas: saúde, educação, previdência e assistência social e segurança.

Objetivo: Ampliar a oferta de serviços de saúde de qualidade.

Objetivos Específicos:

- Promover formação para os trabalhadores da saúde sobre as especificidades de povos e comunidades tradicionais;
- Promover formação de lideranças de povos e comunidades tradicionais para o controle social dos serviços de saúde;
- Promover a inserção de práticas e terapias tradicionais (práticas integrativas) no Sistema Único de Saúde;
- Criar as condições para o reconhecimento das doenças relacionadas às atividades produtivas dos extrativistas e ribeirinhos.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Implantar comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para populações em situação de vulnerabilidade social (dentre eles comitês de políticas de promoção de equidade em saúde ampliados ou específicos para Pop. Campo, Floresta e Águas).	20 comitês de Políticas de Promoção de Equidade em Saúde implantados, para populações em situação de vulnerabilidade social, em especial para a População do Campo, Floresta e Águas (CFA).	MS	Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde	PPA - PROGRAMA: 2015, OBJETIVO: 0724, META-04HN
Capacitar lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS (incluindo envolvidos com a população do campo, floresta e águas, dentre outros).	80.000 lideranças dos movimentos sociais e trabalhadores da saúde capacitados (incluindo envolvidos com a população do campo, floresta e águas, dentre outros).	MS		PPA - PROGRAMA: 2015, OBJETIVO: 0724, META-02A6
Implementar o Módulo Educacional na plataforma AVASUS sobre "Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas".	Disponibilizar para profissionais de saúde de nível superior que trabalham na atenção básica o módulo educacional sobre "Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas".	MS	Universidade Federal do Ceará-UFC Universidade Aberta do SUS-UNASUS	PPA - PROGRAMA: 2015, OBJETIVO: 0724

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Implementar o Módulo Educacional na plataforma AVASUS sobre “Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas”.	Disponibilizar para profissionais de saúde de nível superior que trabalham na atenção básica o módulo educacional sobre “Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas”.	MS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ Fiocruz-MS	PPA – PROGRAMA: 2015, OBJETIVO: 0724
Executar Projeto de Educação em Saúde da(o) Trabalhadora(or) da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação Social na Gestão do SUS.	Realizar ações de educação sobre direitos à saúde da (o) trabalhadora (o) na pesca artesanal; e formar 186 lideranças de pescadoras e pescadores de Comunidades Pesqueiras do Brasil para atuação no Controle Social do SUS e sua relação com a saúde da (o) trabalhadora (o).	MS	Universidade Federal da Bahia – UFBA	PPA – PROGRAMA: 2015, OBJETIVO: 0724
Realizar o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdpopSUS).	Selecionar e formar 400 educadores, matricular 7000 educandos e qualificar/certificar no mínimo 70% destes, no Projeto de Formação em Educação Popular em Saúde para trabalhadores das equipes multiprofissionais de saúde e lideranças comunitárias.	MS	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	PPA – PROGRAMA: 2015 OBJETIVO: 0713
Articular o Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (Obteia) com as demais Políticas de Promoção de Equidade em Saúde.	Avaliação e implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, por meio do Observatório (Obteia) e da Teia de Saberes e Práticas, envolvendo intelectuais engajadas/os, pesquisadoras/es populares dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas e os gestoras/es e trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde (SUS).	MS	Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (NESP/UnB)	PPA – PROGRAMA: 2015, OBJETIVO: 1126

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Apoiar a ampliação da cobertura das equipes de Saúde da Família Ribeirinha e da Família Fluvial.	Equipe implantada mediante demanda de Estados e Municípios.	MS	Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde	PPA
Dialogar no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos sobre a criação de Protocolos Comunitários para remédios caseiros.	Diretrizes para Protocolos Comunitários para remédios caseiros elaboradas.	MS, MMA, MinC, Anvisa	Demais membros do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	PPA
Elaborar Manual sobre Plantas Medicinais Brasileiras.	Manual publicado em meio digital até final de 2018.	MS		PPA
Construir e publicar Boletim Epidemiológico sobre saúde dos trabalhadores extrativistas e ribeirinhos.	Boletim Epidemiológico sobre saúde dos trabalhadores extrativistas e ribeirinhos publicado.	MS		PPA
Tornar obrigatório o preenchimento do campo ocupação e atividade econômica nas fichas de notificação do SINAN.	Obrigatoriedade do campo ocupação e atividade econômica nas fichas de notificação do SINAN até 2019.	MS	DataSUS/MS	PPA
Qualificar as equipes da atenção básica para realizar ações de saúde dos trabalhadores extrativistas e ribeirinhos, bem como vigilância em saúde dos trabalhadores das atividades econômicas realizadas nos domicílios - formal (MEI) ou informais.	3 capacitações anuais de âmbito Estadual para ACE e ACS realizadas.	MS	Secretarias de Saúde, Cerest, Atenção Básica, Vigilância em Saúde e Controle Social de Estados e Municípios.	PPA
Revisar a Portaria nº 1.339/GM, de 18 de novembro de 1999, incluindo as doenças e acidentes de trabalho relacionadas às atividades extrativistas e ribeirinhas.	Portaria nº 1.339/GM, de 18 de novembro de 1999 revisada e publicada.	MS	Profissionais da saúde do trabalhador, Pesquisadores e especialistas	PPA
Elaborar e publicar manual de orientações sobre Vigilância em Saúde dos Trabalhadores extrativistas e ribeirinhos.	Manual de orientações sobre Vigilância em Saúde dos trabalhadores extrativistas e ribeirinhos publicado até 2019.	MS	Profissionais da saúde do trabalhador, Pesquisadores e especialistas.	PPA

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Divulgar os produtos (boletim, portaria e manual) no site da Secretaria de Vigilância em saúde do Ministério da Saúde e outros canais apropriados.	Produtos divulgados até 2019.	MS		PPA
Elaborar e divulgar material técnico informativo sobre Boas Práticas de produção para plantas medicinais e fitoterápicos.	01 área no website alimentada.	MAPA	Embrapa	NI
Promover a utilização de fitoterápicos no SUS.	Incluir novas espécies nativas na RENAME e RENISUS.	MMA	MS, Anvisa	Projeto GEF- Cadeias Produtivas Sustentáveis
Objetivo: Promover o acesso de comunidades extrativistas e ribeirinhas à previdência e assistência social.				
Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Sensibilizar equipes volantes para a necessidade de atendimento prioritário aos PCTs.	1251 equipes volantes atendidas com material informativo.	MDS		PPA - PROGRAMA: 2037, OBJETIVO: 0370
Realizar oficinas de capacitação sobre Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, com ênfase nas comunidades extrativistas e ribeirinhas.	Oito oficinas regionais realizadas para capacitar equipes sobre atendimento do PAIF para Povos e Comunidades Tradicionais.	MDS		PPA - PROGRAMA: 2037, OBJETIVO: 0370
Realizar oficinas de sensibilização e informação sobre Grupos Populacionais Tradicionais Específicos - GPTE.	Seis oficinas regionais realizadas e Coordenações Estaduais no CAD Único e Programa Bolsa Família.	MDS	MMA	BIRD, IGD
Elaborar e disseminar orientações técnicas para sensibilizar a gestão municipal de assistência social para promover o atendimento qualificado de PCT's.	677 CRAS atendidos com material informativo sobre ribeirinhos e/ou extrativistas.	MDS		PPA - PROGRAMA: 2037, OBJETIVO: 0375
Divulgar o material "Diversidade no CAD Único".		MDS		PPA - PROGRAMA: 2037, OBJETIVO: 0375

NI: Não informado

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Inserir, no instrumento técnico da assistência social, campo para marcação de especificidades sociais, étnicas ou culturais das famílias atendidas.	Campo para marcação de famílias ribeirinhas no Prontuário SUAS inserido e espaço destinado a inclusão de outra especificidade não prevista no documento.	MDS		PPA - PROGRAMA: 2037, OBJETIVO: 0372
Realizar processo de troca de experiências sobre assistência social à PCT desenvolvidas pelos Estados Nacionais e Países que compõem a Amazônia Legal.	Evento Pan Amazônico realizado	MDS		NI
Realizar pesquisa de avaliação do Bolsa Verde para subsidiar o monitoramento socioambiental do Programa.	Avaliação do Programa Bolsa Verde realizada e Monitoramento socioambiental do programa implementado.	MMA	UFRRJ, MDS JpaI, PUC Rio	PPA - PROGRAMA: 2078, OBJETIVO: 1065
Objetivo: Ampliar o acesso à documentação básica e ao registro civil de nascimento.				
Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Fomentar a promoção do Registro Civil de Nascimento (RCN) com base nas demandas dos 27 planos estaduais e planos municipais realizados no período.	34 oficinas de fluxo Contínuos de Encaminhamentos para o acesso aos serviços de RCN e Documento Básico, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, realizadas. 22 ações integradas de cidadania, para a emissão de RCN e DB, com foco nas populações ribeirinhas e nos povos indígenas não documentados, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.	SDH	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania/AM; Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social e Secretaria Adjunta de Cidadania /MT; Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho /MT	PPA - PROGRAMA: 2064, OBJETIVO: 0255

NI: Não informado





EIXO DE
FOMENTO À
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Quebradeiras de coco babaçu
Resex Mata Grande/MA
Foto: Leonardo Milano



Buriti | Resex Lago do Cedro/GO

Foto: Acervo ICMBio

Na temática da produção sustentável, os problemas centrais identificados foram:

- i. A fragilidade do arcabouço legal para o extrativismo;
- ii. A dificuldade de acesso aos mercados;
- iii. A insuficiência e descontinuidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- iv. A dificuldade de acesso ao crédito; e
- v. A pouca estruturação das cadeias de valor dos produtos extrativistas.

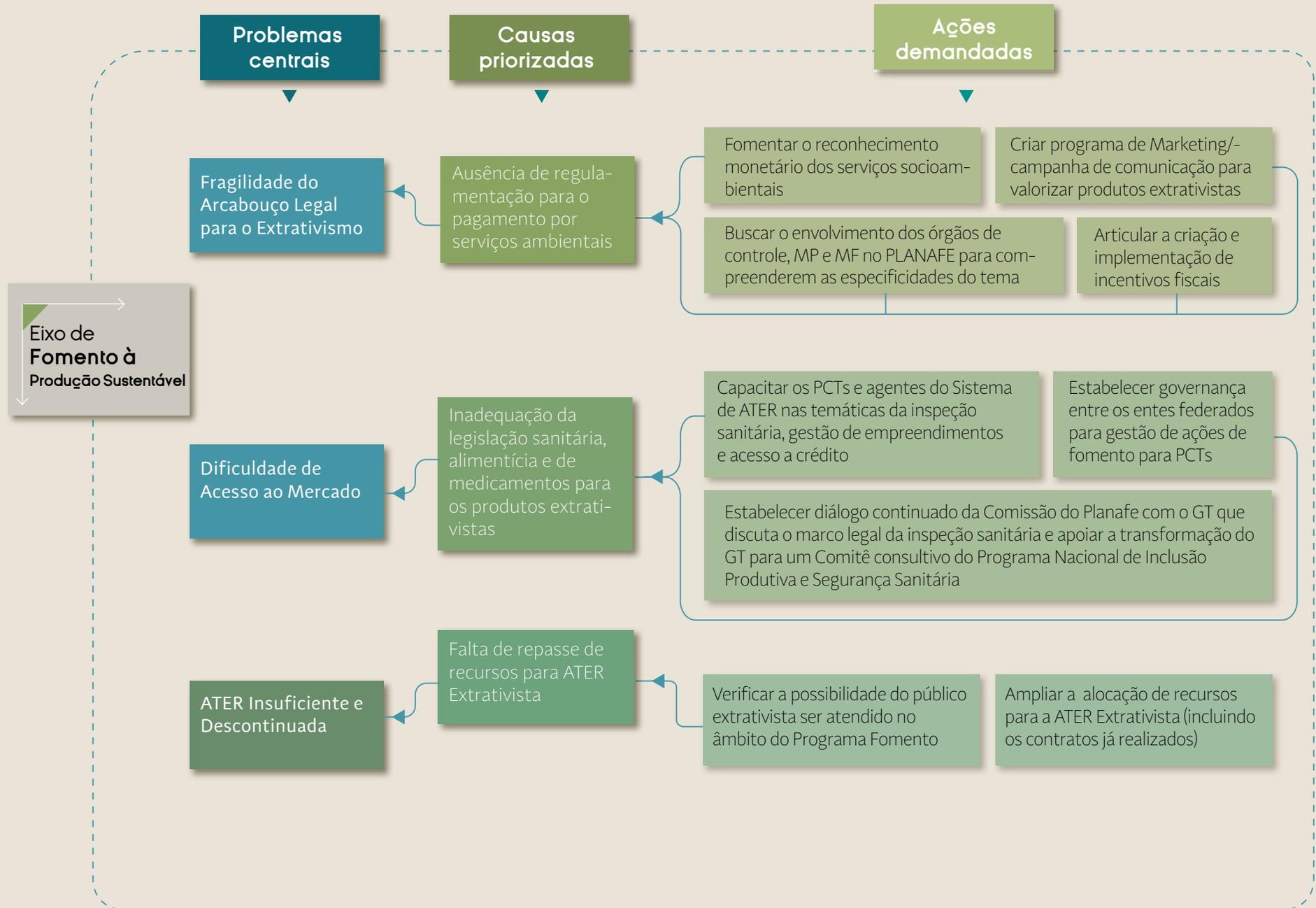
A partir destes problemas centrais foram identificadas causas prioritárias, reveladas em:

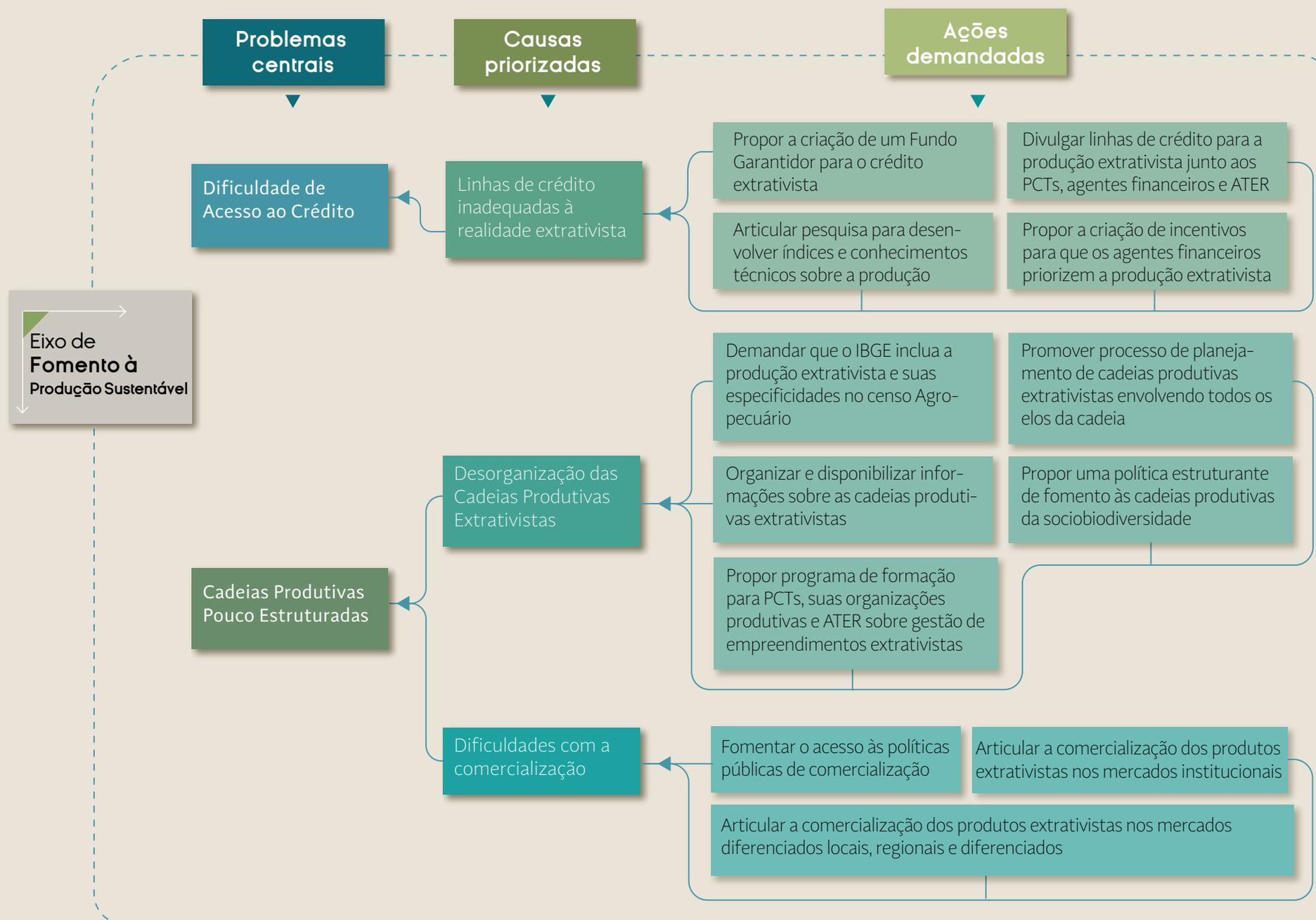
- ✓ Ausência de regulamentação para o pagamento por serviços ambientais; inadequação da legislação sanitária, alimentícia e de medicamentos para os produtos extrativistas;
- ✓ Descontinuidade no repasse de recursos para ATER extrativista;

- ✓ Linhas de crédito inadequadas à realidade extrativista; e desorganização das cadeias produtivas extrativistas.

E, para o enfrentamento destes problemas, ações foram propostas. O diagrama a seguir demonstra o raciocínio desenvolvido na Oficina, apresentando os problemas centrais identificados para o eixo de Fomento à Produção Sustentável, as causas priorizadas para cada problema e as ações propostas para o enfrentamento dos mesmos.

Diagrama 3 Eixo de Fomento à produção Sustentável, Oficina do Planafe, 2016.





Ações do Eixo de Fomento à produção Sustentável

Macro-objetivo: Melhorar as condições de acesso das comunidades extrativistas e ribeirinhas às políticas de fomento às cadeias produtivas extrativistas

Objetivo Geral: Aprimorar o arcabouço legal para a produção extrativista

Objetivos específicos:

- Elaborar regulamentação para o pagamento por serviços ambientais;
- Criar mecanismos de valorização dos produtos extrativistas;
- Ampliar incentivos fiscais e subvenções aos produtos da sociobiodiversidade.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Disseminar sistema de produção de sistema agropecuário sustentável com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e valorização dos recursos naturais.	Elaboração de proposta de valorização de signos distintivos do Governo Federal.	MAPA	MTE, MDA, MI, MMA, ICMBIO, Funai, SEPPPIR, Sebrae, INPI, INMETRO	PPA - Programa 2077, Objetivo 1042, Iniciativa 04YW
Elaborar estudo de valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão destes custos nos preços mínimos da PGPMBio.	Estudo Realizado para três cadeias.	MMA	Embrapa, Conab Sead	GIZ
Operacionalização da PGPM-Bio via Conab por meio do pagamento de subvenção.	Edição Portaria que autoriza aplicação da subvenção.	MMA, Sead	MF, MP, MAPA, Sead, Conab	PPA - PROGRAMA: 2078 OBJETIVO: 1065
Coordenar e articular o Grupo Gestor da PGPM-Bio para inclusão de novos produtos da sociobiodiversidade na política.	Seis produtos da sociobiodiversidade incluídos na PGPMBio Propor decreto de regulamentação da Lei 8427 (Subvenção - preço mínimo)	MMA Sead	MF, MP, MAPA, Sead, Conab	PPA
Interagir com as Secretarias Estaduais de Fazenda objetivando a isenção de impostos e/ou tributação quando da circulação intermunicipal ou interestadual de produtos da PGPMBio.	Solicitações de Isenção de impostos dos produtos da PGPMBio encaminhadas.	Conab	Secretarias Estaduais de Fazenda	PPA

Objetivo: Garantir assistência técnica e extensão extrativista continuada

Objetivos específicos:

- Viabilizar recursos para ATER extrativista;
- Capacitar agentes de ATER para o trabalho junto às comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Capacitar agentes de ATER em boas práticas de fabricação de produtos da sociobiodiversidade.	60 agentes capacitados	Embrapa	ASSEMA, CAA, AGENDHA, ICMBIO, IRPAA	GEF, PNUD
Priorizar o atendimento de famílias extrativistas, em situação de vulnerabilidade, no programa Fomento Rural.	1.000 famílias atendidas	MDS	Sead	PPA – PROGRAMA: 2069, OBJETIVO: 0615, AÇÃO: 20gd
Capacitar técnicos e multiplicadores em Boas Práticas Agrícolas na produção de açaí abordando a questão sanitária.	300 técnicos e multiplicadores capacitados	MAPA		PPA – PROGRAMA: 2077, OBJETIVO: 1042, META: 043Y
Manter contratos de ATER Extrativista em Unidades de Conservação nos estados do Acre e Pará.	4.776 famílias atendidas	INCRA	ICMBio	PPA – PROGRAMA: 2012, OBJETIVO: 0412
Modelagem de fomento ao Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação.	1 estratégia de oferta de fomento ao Manejo Florestal Comunitário	SFB e ICMBio	GIZ	PPA – 20WA
Capacitar Técnicos da Rede de ATER com ênfase em gestão e comercialização dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade e da agroecologia.	100 técnicos capacitados (sendo 50 mulheres)	Sead	Organizações de ATER	PCT GIZ/Sead/CC/PR

Objetivo: Viabilizar linhas de crédito adequadas à realidade da produção extrativista

Objetivos específicos:

- Ampliar o conhecimento técnico sobre a produção extrativista visando a geração de índices específicos;
- Ampliar as operações de crédito destinadas às comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Destinação de recursos do Ecoforte para organizações extrativistas, realização de acompanhamento e assessoria para a seleção e implementação dos projetos.	30 Organizações apoiadas	Fundação Banco do Brasil - FBB	MMA BNDES, ICMBIO, GIZ	BNDES (FBB) e GIZ
Acessar o Crédito Instalação do Programa de Reforma Agrária	8.900 famílias com crédito instalação recebido	Incra	Entidades Contratadas de ATES, Órgãos Estaduais de ATER e prefeituras	PPA - PROGRAMA: 2066, OBJETIVO: 0421
Qualificar informações sobre produtos da sociobiodiversidade: pirarucu e castanha do Brasil no Estado do Amazonas.	Dois diagnósticos elaborados	ICMBio, USFS, IPAM	FVA, OPAN, CSF, IFT, IEB, Funai, Associações, Cooperativas, IPAM	USAID/USFS
Efetivar operações de crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF para o público de agricultores familiares extrativistas.	10.000 contratos efetivados	Sead		PPA - PROGRAMA: 2012 OBJETIVO: 0411 AÇÃO 0281, 0A81
Orientar técnicos/as de ATER, agentes financeiros e integrantes de sindicatos e movimentos de trabalhadores/as rurais acerca das linhas de crédito relacionadas aos sistemas de produção extrativista (PRONAF Floresta).	3600 pessoas orientadas entre técnicos/as de ATER, agentes financeiros e integrantes de sindicatos e movimentos de trabalhadores/as	Sead	MAPA	PPA - PROGRAMA: 2012, OBJETIVO:0412, AÇÃO 2100
Definir níveis sustentáveis de exploração de produtos da sociobiodiversidade.	Níveis sustentáveis de exploração dos produtos: coquinho-azedo, pequi e licuri, definidos	Embrapa	UnB, CAA, AGENDHA, STTRRPM	GEF/ Embrapa/ PNUD/ CNPq

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Apoiar projetos de pesquisa para subsidiar as atividades de cinco Comitês Permanentes de Gestão Marinha - Edital do CNPQ nº 22/2015	Uma rede cooperativa multidisciplinar atuante para subsidiar o manejo da pesca dos estoques de camarões da região Norte e Nordeste do Brasil com foco ecossistêmico	SAP/MDIC 	CNPq	PPA- PROGRAMA: 2052, OBJETIVO: 1131
	Uma avaliação Ecosistêmica dos Recursos Pesqueiros Demersais e Pelágicos das Costas Norte e Nordeste: subsídios para um ordenamento pesqueiro sustentável	SAP/MDIC 	CNPq	PPA- PROGRAMA: 2052, OBJETIVO: 1131
	Subsídios Científicos para o Manejo Espacial com Enfoque Ecosistêmico da Pesca Demersal nas regiões Sul e Sudeste do Brasil	SAP/MDIC 	CNPq	PPA- PROGRAMA: 2052, OBJETIVO: 1131
	Análises Estratégicas para o Manejo Pesqueiro com Base Ecosistêmica no Grande Ecossistema Marinho do Sul do Brasil	SAP/MDIC 	CNPq	PPA - PROGRAMA: 2052, OBJETIVO: 1131



Resex Canavieiras/BA
Foto: Enrico Marone

Objetivo: Apoiar a estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Objetivos específicos:

- Criar condições para ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade aos mercados;
- Apoiar a participação de empreendimentos e iniciativas produtivas de comunidades extrativistas e ribeirinhas em eventos e feiras de comercialização;
- Adequar a legislação sanitária, alimentícia e de medicamentos para os produtos extrativistas

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Apoiar arranjos interinstitucionais para atuação em rede e implementar ações de formação e capacitação para acesso à mercados institucionais, organização social e produtiva, gestão administrativa, boas práticas, beneficiamento e comercialização para quatro cadeias de produtos da sociobiodiversidade (madeira, pirarucu, castanha e açaí).	Quatro cadeias da sociobiodiversidade (madeira, pirarucu, castanha e açaí) com arranjos interinstitucionais consolidados em UC de uso sustentável.	ICMBio	IFT, IEB, OPAM, Pacto das águas, CSF, FVA, IMAFLORA, IPAM, ISA, Governos Estaduais da Amazônia, FBB, GIZ, KfW, Conab, Sead e Funai	USAID/USFS PPA - Ação 20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar
Organizar e disponibilizar informações sobre as cadeias produtivas extrativistas	Produção de 21 cadernos técnicos com recomendações de boas práticas de manejo de 21 espécies nativas da sociobiodiversidade. Cartilha sobre Arranjos Produtivos Locais de Produtos da Sociobiodiversidade finalizada.	MMA e SFB	MAPA, Embrapa, ICMBio	PNUD
Promover ações de assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da caatinga, do cerrado e da Amazônia, com enfoque agroecológico, nas RESEX, RDS e assentamentos de famílias agroextrativistas.	3.500 Famílias Atendidas	MMA e SFB	Sead	PPA- SEAD PPA - Ação 20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Regulamentar o Código Florestal no que se refere às temáticas relacionadas ao manejo florestal comunitário familiar, incentivando o manejo e uso sustentável de espécies nativas.	Regulamentação do manejo florestal comunitário e familiar.	MMA e SFB	Sead, ICMBio, IBAMA	PPA
Formação de profissionais de instituições governamentais sobre as especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.	100 Profissionais formados.	MMA	ICMBio, MEC, Funai, Embrapa e Conab	GEF/ABS
Realizar a formação de gestores públicos e de representantes de organizações produtivas em unidades de conservação inseridas em Programa de PSA com Inclusão Social, em políticas públicas aderentes ao Programa (PAA, PGPMBio, PNAE, Planafe, PRONATEC, etc) e em gestão do negócio.	100 gestores capacitados. 25 representantes de organizações produtivas capacitados.	MMA	IEB	PNUD BRA/ BV
Fortalecer e implementar Arranjos Produtivos Locais (APLs) de fitoterápicos em que os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais estejam inseridos e ocupem um papel de destaque.	Três 3 APLs de fitoterápicos fortalecidos e implementados.	MMA	MS, MI, MAPA, Anvisa	Projeto GEF- Cadeias Produtivas Sustentáveis
Fomentar parcerias entre o setor público, o setor privado e os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, para o desenvolvimento de novos fitoterápicos.	Desenvolver três novos fitoterápicos, em acordo com as regras de acesso e repartição de benefícios.	MMA	MS e Anvisa	Projeto GEF- Cadeias Produtivas Sustentáveis
Realizar oficinas estaduais de capacitação para fomentar o acesso de associações ou cooperativas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares às políticas de apoio à comercialização.	Quatro oficinas realizadas.	Sead	MDS, MMA e Conab	PCT GIZ/Sead/CC/PR

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Capacitar técnicos multiplicadores sobre acesso à PGPM-Bio	3 Eventos de capacitação	Conab	MMA e Sead	TED MMA/ Conab
Criação de grupo de trabalho para orientação e gestão das políticas destinadas a produção de açaí.	Grupo criado e em funcionamento	MAPA	MMA, Secretaria de Agricultura do Pará, OEI, Embrapa	PPA
Publicação de 01 Guia Prático de Manejo de Açaí e 01 Manual Técnico Ilustrado de Boas Práticas de Manejo de açaizal.	Publicação de 500 exemplares de cada material.	MAPA	Embrapa	PPA - PROGRAMA: 2077, OBJETIVO: 1042, PPA - 043Y
Elaborar materiais educativos e programas de capacitação para a qualificação de curadores, técnicos beneficiários, gestores públicos e de organizações da sociedade civil, em conservação de recursos fitogenéticos, caracterização e melhoramento participativo de recursos fitogenéticos, melhoramento participativo envolvendo recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura.	03 área no website alimentada. 03 documentos publicados.	MAPA	Embrapa, Universidades, Associações, ONGs, OEPAs, MMA, MDA, MCTIC	PO REGENEAGRO, Convênio IICA, Comissão de Recursos Genéticos da FAO
Elaborar materiais educativos e programas de capacitação para a qualificação de usuários do sistema de dados sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura.	01 área no website alimentada. 01 documento publicado.	MAPA	Embrapa, Universidades, Associações, ONGs, OEPAs, MMA, MDA, MCTIC	PO REGENEAGRO, Convênio IICA, Comissão de Recursos Genéticos da FAO
Desenvolver ações conjuntas e consorciadas para o uso sustentável e a conservação dos recursos pesqueiros nas Unidades de Conservação de Uso sustentável.	Implementação de Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2015 MPA-ICMBio para apoiar o planejamento, organização e disponibilização de informações e a estruturação de cadeias da sociobiodiversidade	SAP/ML 	ICMBio	PPA

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Consolidar Câmaras Técnicas de Comercialização em 4 Estados amazônicos, mantendo as cadeias de produtos da sociobiodiversidade na pauta das reuniões dessas instâncias.	4 Câmaras Técnicas Consolidadas	Sead	Conab	PCT GIZ/Sead/CC/PR
Qualificar empreendimentos coletivos de povos e comunidades tradicionais por meio de assistência técnica e capacitação, com enfoque na gestão, organização da produção e comercialização.	400 empreendimentos qualificados.	Sead	MMA	PPA- PROGRAMA 2012, OBJETIVO AÇÃO 2100
Replicar experiências de boas práticas de comercialização de produtos da sociobiodiversidade e agroecologia.	5 referências adicionais de boas práticas de comercialização de produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia que resultaram em aumentos significativos de vendas, foram replicadas por outros atores	Sead	Organizações de ATER	PCT GIZ/Sead/CC/PR
Levantamento e sistematização de dados e informações sobre produtos da sociobiodiversidade: coquinho-azedo, pequi, araticum, veludo, maracujá do cerrado, baru, umbu, licuri, maracujá azedo, babaçu, castanha do Brasil e andiroba e sistemas agroflorestais (SAF) em Territórios da Cidadania no Cerrado, Caatinga e Amazônia	6 Territórios da Cidadania com levantamento e sistematização de dados e informações sobre produtos da sociobiodiversidade - SAF	Embrapa	UnB, CAA, AGENDHA, STTRRPM, CNPq, Conab	GEF, PNUD
Subsidiar a elaboração de políticas públicas de uso sustentável e conservação da biodiversidade a partir de dados técnico-científicos de produtividade, sustentabilidade, boas práticas de manejo e processamento.	Documentos com dados técnicos científicos dos produtos: coquinho-azedo, pequi, araticum, veludo, maracujá do cerrado, baru, umbu, licuri, maracujá azedo, babaçu, castanha do Brasil e andiroba, produzidos e encaminhados aos órgãos públicos.	Embrapa	UnB, CAA, AGENDHA, STTRRPM, ASSEMA, ICMBio, SFB, MMA, Conab, CNPq	GEF, PNUD



Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Qualificar a produção através de capacitações e desenvolvimento de equipamentos para agregar valor e promover a construção social do mercado para os produtos da sociobiodiversidade: coquinho-azedo, pequi, araticum, veludo, maracujá do cerrado, baru, umbu, licuri, maracujá azedo, babaçu, castanha do Brasil e andiroba.	Equipamentos e processos para agregar valor a produtos da sociobiodiversidade desenvolvidos. Contratos de compra de produtos da sociobiodiversidade, com agentes públicos e privados, estabelecidos.	Embrapa	UnB, CAA, AGENDHA, STTRRPM, ASSEMA, ICMBio, SFB, MMA, Conab, CNPq	GEF, PNUD
Identificar produtos da sociobiodiversidade: coquinho-azedo, pequi, araticum, maracujá do cerrado, baru, umbu, licuri, maracujá azedo, babaçu e castanha do Brasil, em Territórios da Cidadania para apoiar a participação de associações e entidades em programas de compras institucionais.	6 Território da Cidadania com produtos da sociobiodiversidade mapeados, para apoio aos estabelecimentos comunitários realizarem contratos de compras institucionais.	Embrapa	UnB, CAA, AGENDHA, STTRRPM, ASSEMA, ICMBio, SFB, MMA, Conab	GEF/ Embrapa/ PNUD/ CNPq
Prover recursos materiais para incentivar a atividade pesqueira no Estado de Alagoas.	Instrumentos próprios à atividade pesqueira distribuídos.	SAP/M ³ 	Emater – AL	PPA
Articular junto aos executores do PAA, nos Estados e Municípios, a compra de produtos extrativistas.	Articulações realizadas	MDS	ICMBio, MMA, Sead	PPA – Programa 2069; Objetivo 0380; Ação 2798
Garantir que 5% dos recursos do PPA sejam investidos na aquisição de produtos da sociobiodiversidade.	5% de recurso investido	MDS	ICMBIO, MMA, Sead, Conab, FUNAI	PPA – Programa 2069; Objetivo 0380; Ação 2798
Incluir produtos e alimentos da sociobiodiversidade nos processos de compras institucionais - PAA e suas modalidades.	15 produtos da sociobiodiversidade incluídos no PAA.	Sead	Conab	PPA – PROGRAMA 2012, OBJETIVO: 0413, AÇÃO 210V
Garantir a participação dos produtos da sociobiodiversidade em feiras e eventos de comercialização regionais, nacionais e internacionais, com a inclusão de cooperativas e associações de povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.	30 empreendimentos apoiados	Sead/C ³ 		PPA – PROGRAMA 2012, OBJETIVO: 0413, AÇÃO 210V

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Propiciar a participação de agricultores/as familiares beneficiários de projetos apoiados por meio da parceria entre Sead/CC/PR e o movimento "Slow Food", relativos à sociobiodiversidade, em feiras e eventos.	10 empreendimentos familiares	Sead	MMA	PPA – PROGRAMA 2012, OBJETIVO: 0413, AÇÃO 210V
Desenvolver estratégias para fomento, estruturação e inclusão de bancos de germoplasma no diretório nacional de germoplasma de plantas.	27 Instituições curadoras de BAGs e coleções de recursos genéticos.	MAPA	Embrapa, Universidades, Associações, ONGs, OEPA's, MMA, MDA, MCTIC	PPA
Elaborar estratégias para o desenvolvimento de ações prioritárias de apoio a coleções.	27 Instituições curadoras de BAGs e coleções de recursos genéticos.	MAPA	Embrapa	PPA
Levantamento de informações e mapeamento de bancos de germoplasma de plantas de uso na alimentação e agricultura.	27 Instituições curadoras de BAGs e coleções de recursos genéticos.	MAPA	Embrapa	PPA
Analisar as coleções de recursos fitogenéticos quanto às condições de conservação do germoplasma, documentação, informação e disponibilização.	27 Instituições curadoras de BAGs e coleções de recursos genéticos.	MAPA	Embrapa	PPA
Identificação de acessos já disponibilizados e acessos disponíveis, bem como potenciais comunidades receptoras e doadoras.	27 Instituições curadoras de BAGs e coleções de recursos genéticos.	MAPA	Embrapa	PPA
Multiplicação de acessos para distribuição e mapeamento das necessidades de troca de acessos.	27 Instituições curadoras de BAGs e coleções de recursos genéticos.	MAPA	Embrapa	PPA
Promover a caracterização e uso sustentável e conservação da germoplasma (raças) animal.	03 raças conservadas.	MAPA	Embrapa	PPA

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e institui- ções responsáveis	Parceiros	Fonte
Articular a criação de Grupo Gestor Estadual da PGPMBio, para superação dos desafios diagnosticados nos 18 Painéis de Implementação da Política.	5 grupos criados.	Conab	Sead, MMA, ANATER, e outros representantes Estaduais	PPA
Realizar Pesquisas sobre (i) Melhoria da Qualidade de Vida; e (ii) Regulação de Preços a partir da PGPMBio.	2 pesquisas realizadas.	Conab	Sead/CC/PR	TED Sead/ Conab



Artesanato produzido com borracha
Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Luciano Malanski



Extrativista - seringueira
Resex Cazumbá-Iracema/AC
Foto: Aurelice Vasconcelos

A photograph of a traditional thatched-roof structure, likely a shelter or storage building, in a rural setting. The structure is built with wooden poles and has a steeply pitched roof made of dried palm fronds or similar natural materials. The ground is dirt, and there are trees and other buildings in the background. A blue graphic overlay on the left side of the image contains the text 'EIXO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL' in white, bold, uppercase letters. The text is enclosed in a white rectangular frame with arrows pointing left and down.

**EIXO DE
GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL**

Terra Indígena Governador | Povo Indígena
Gavião | Amarante do Maranhão/MA.
Foto: Rodrigo Augusto Lima de Medeiros



Educação Ambiental | Flona de Nísia Floresta

Foto: Patrícia Macêdo

O eixo de Gestão Territorial e Ambiental, anteriormente denominado de Acesso ao Território, teve seu escopo ampliado para abarcar, além da regularização fundiária, as questões relacionadas à gestão ambiental e territorial.

Como problemas centrais nesta temática foram elencados pelos participantes: (i) o insuficiente reconhecimento territorial de povos e comunidades tradicionais; (ii) a inadequação ou insuficiência de mecanismos para gestão ambiental e territorial; (iii) a insuficiente regularização fundiária de territórios de comunidades extrativistas e ribeirinhas; (iv) a alta vulnerabilidade das populações tradicionais às mudanças climáticas; (v) o não reconhecimento do papel das comunidades na conservação da biodiversidade e nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e por fim (vi) o racismo étnico sofrido pelos povos e comunidades tradicionais.

As principais causas priorizadas para o problema de baixo reconhecimento dos territórios foram: estrutura institucional governamental insuficiente para atender às demandas dos PCT, dificuldade de diálogo entre gestores das Unidades de Conservação e as comunidades, organizações sociais pouco fortalecidas e reconhecidas e instrumentos frágeis e pouco acessíveis para os PCT terem seus direitos territoriais reconhecidos.

Com relação à insuficiência e inadequação dos mecanismos de gestão as causas apontadas foram insuficiência de informações e cruzamento de bases de dados sobre territórios e PCT (situação fundiária e ambiental, entre outros) e fragilidade da governança dos territórios.

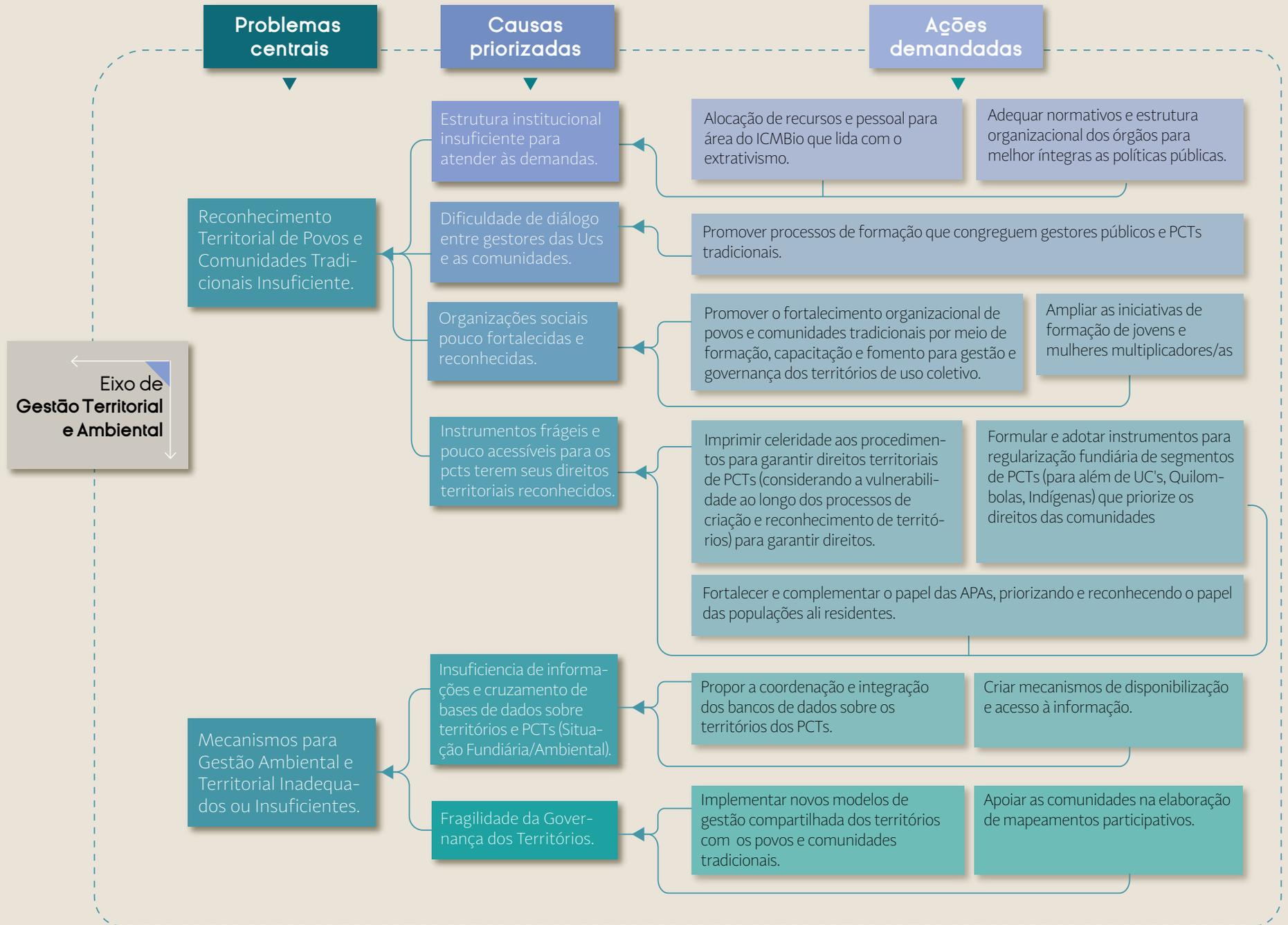
A baixa regularização fundiária tem como causas principais a vulnerabilidade e insegurança jurídica de PCT por conta de au-

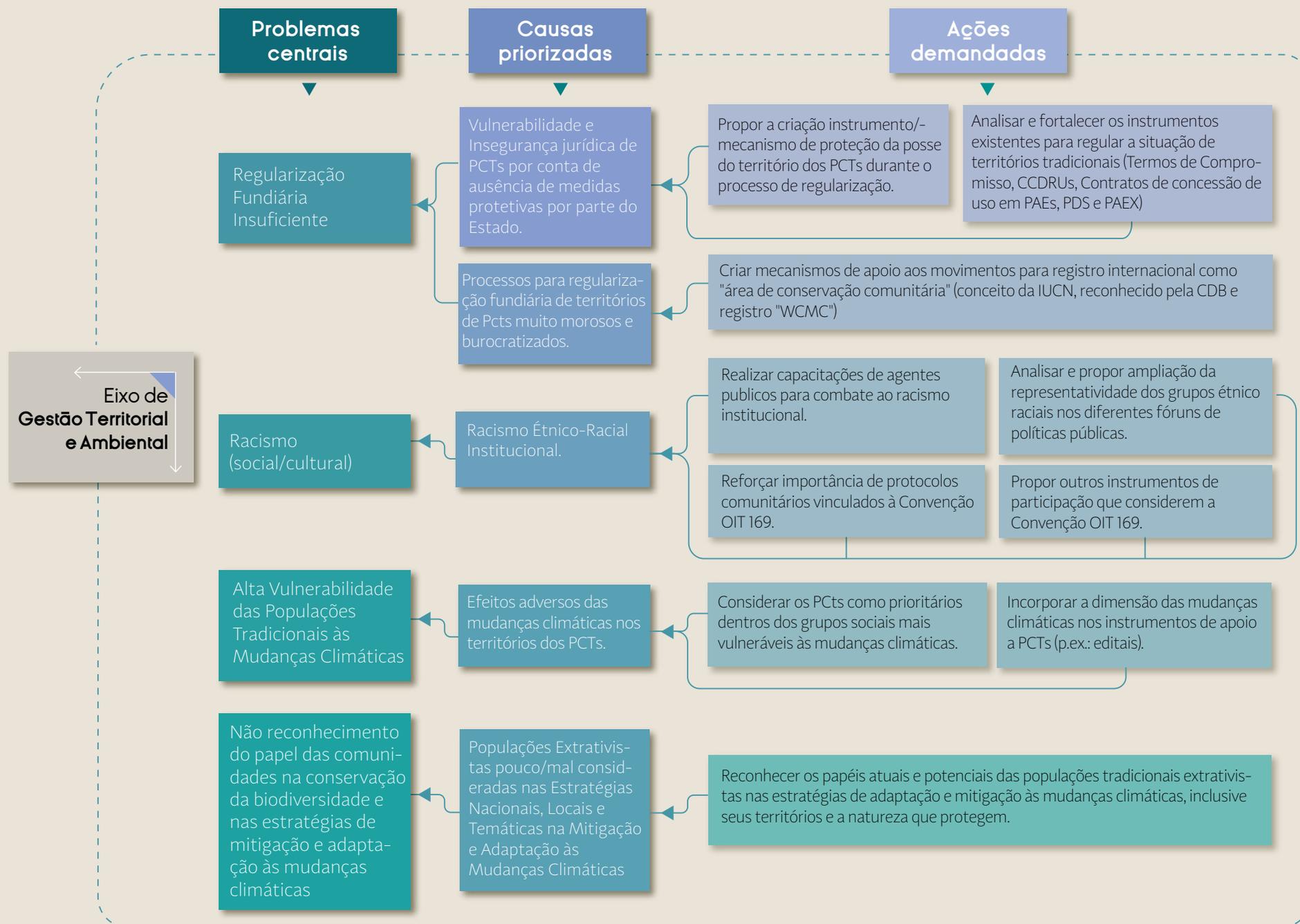
sência de medidas protetivas por parte do Estado e os processos morosos e burocratizados para regularização fundiária de territórios de PCT.

O não reconhecimento do papel dos PCT na conservação da biodiversidade e nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas tem como causas priorizadas os efeitos adversos das mudanças climáticas nos territórios dos PCTs e o fato das populações extrativistas serem pouco ou mal consideradas nas estratégias nacionais, locais e temáticas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Já o racismo étnico tem como causa a postura racista arraigada na cultura nacional que é levada para o campo institucional. As ações propostas podem ser conferidas nos diagramas seguintes.

Diagrama 4 Eixo de Gestão Territorial e Ambiental, Oficina do Planafe, 2016.





Ações do Eixo de Gestão Territorial e Ambiental

Macro-objetivo: Ampliar o acesso de comunidades extrativistas e ribeirinhas às políticas de gestão ambiental e territorial				
Objetivo Geral: Ampliar o reconhecimento territorial de povos e comunidades tradicionais				
Objetivos específicos:				
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a estrutura institucional para atender às demandas dos PCTs; • Fomentar o diálogo entre gestores das UCs e as comunidades; • Fortalecer e reconhecer as organizações sociais e seus direitos territoriais. 				
Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Elaborar Acordo de Cooperação Técnica SPU com MMA/ICMBio para identificação de territórios tradicionais em áreas indubitáveis da União.	2 estudos para identificação de 2 territórios	SPU	MMA, ICMBio	PPA: Objetivo 1070, Iniciativa 0538; Objetivo 1129, Iniciativa 05TK; Objetivo 0420, Iniciativa 04JF.
Estabelecer parcerias com Universidades e Institutos Federais, para caracterização de territórios tradicionais em áreas indubitáveis da União.	2 estudos para identificação de 2 territórios	SPU	Universidades e Institutos Federais	PPA: Objetivo 1070, Iniciativa 0538; Objetivo 1129, Iniciativa 05TK; Objetivo 0420, Iniciativa 04JF.
Estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil para desenvolver metodologia de empoderamento das comunidades quanto ao TAUS.	1 oficina na região norte	SPU		PPA: Objetivo 1070, Iniciativa 0538; Objetivo 1129, Iniciativa 05TK; Objetivo 0420, Iniciativa 04JF.
Divulgação sobre o alcance dos instrumentos de regularização fundiária: oficinas e cartilhas.	1 oficina no órgão central com a presença das Superintendências Regionais.	SPU		PPA: Objetivo 1070, Iniciativa 0538; Objetivo 1129, Iniciativa 05TK; Objetivo 0420, Iniciativa 04JF.
Desenvolver capacitação interna dos técnicos da SPU e padronização dos fluxos de procedimentos de forma a imprimir celeridade nos procedimentos de garantia dos direitos territoriais de PCTs	Elaboração e impressão de cartilhas.	SPU		PPA: Objetivo 1070, Iniciativa 0538; Objetivo 1129, Iniciativa 05TK; Objetivo 0420, Iniciativa 04JF.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Avaliar e fortalecer o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, reconhecendo-o como instrumento para regularização fundiária de PCTs Elaboração de IN.	Elaboração de IN	SPU		PPA: Objetivo 1070, Iniciativa 0538; Objetivo 1129, Iniciativa 05TK; Objetivo 0420, Iniciativa 04JF.
Objetivo: Criar, implementar e aprimorar mecanismos de gestão ambiental e territorial adequados aos povos e comunidades tradicionais				
Objetivos específicos:				
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar novos modelos de gestão compartilhada dos territórios com os povos e comunidades tradicionais; • Articular informações e cruzamento de bases de dados sobre territórios e PCTs; • Apoiar as comunidades na elaboração de mapeamentos participativos. 				
Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Empoderar Conselhos Municipais de Gestão Territorial em municípios de Acre e Roraima (Projeto Fundo Amazônia).	Uma atividade de projeto visando criar/ empoderar Conselhos Municipais de Gestão Territorial em municípios de Acre e Roraima	Embrapa	UFV, FAP-Acre	Fundo Amazônia
Apoiar mapeamento participativo piloto (Projeto Fundo Amazônia).	Três mapeamentos participativos piloto nos estados do AM, RR e MA	Embrapa	UFV	Fundo Amazônia
Apoiar o Sistema de Gestão Compartilhada – Comitês Permanentes de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros – CPG	Reuniões dos Comitês e Subcomitês Científicos realizadas	SAP/M 		PPA
Executar projetos de gestão ambiental e territorial em Territórios Quilombolas.	5 projetos executados	MMA	SEPIR, SFB, INCRA, FCP, CONAQ	PNUD
Realizar oficinas de informação e formação em gestão ambiental e territorial em Territórios Quilombolas	2 oficinas nacionais e 8 territoriais realizadas	MMA	Funai, MDS, INCRA, SEPIR, Fundo Clima	PNUD
Aprofundar  s condicionantes ambientais do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde	60.000  s famílias atendidas	MMA	ICMBio, INCRA, SPU	PPA 

Objetivo: Aprimorar os instrumentos e ritos processuais da regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais

Objetivo específico:

- Analisar e fortalecer os instrumentos existentes para a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Revisão da Portaria Conjunta 4/2010 INCRA e ICMBio sobre áreas de dupla afetação (Unidas de Conservação e Projetos de Assentamento).	Portaria revisada	INCRA, ICMBio		PPA
Elaborar normativo contendo conceitos de interesse do patrimônio da União.	Instrução Normativa publicada	SPU		PPA
Difundir e capacitar para a elaboração do CAR no módulo CAR PCTs junto à órgãos estaduais de meio ambiente e lideranças de PCTs.	Quatro oficinas de capacitação para lideranças de PCTs realizadas (Paraná, Amazonas, Maranhão e Pará) Três capacitações com OEMAs realizadas	SFB		KFW/CAR

Objetivo: Aprimorar os instrumentos e ritos processuais da regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais

Objetivo específico:

- Fomentar a participação qualificada de PCTs nas políticas relacionadas à mudança do clima.

Ações	Meta Física 2017-2019	Órgãos e instituições responsáveis	Parceiros	Fonte
Capacitar PCTs por meio de atividades formativas para levantamento da percepção sobre Mudança do Clima e medidas de adaptação, visando a construção de indicadores para o PNA.	1 oficina sobre adaptação realizada no âmbito da Câmara Técnica de Mudança do Clima do Comitê Gestor da PNGATI. 1 seminário de sensibilização em mudança do clima para os CNPCT.	MMA	Funai, MDS, Rede Clima	PPA



Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Direitos Territoriais e Étnicos: as estratégias dos Agro-negócio na Amazônia. In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais/ Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, organizadores. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara – Laudo Antropológico – Volume 1. – Brasília, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais de povo”, faixinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. – 2ª ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 37ª Edição, 2013. Biblioteca Digital Câmara dos Deputados.

BRASIL. Lei nº 9.985/2000 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Grupo de Coordenação: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, julho de 2009.

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas. II Chamado da Floresta. Proposições dos Extrativistas da Amazônia e do Brasil. Melgaço, PA; 29 de Novembro de 2013.

CONFREM – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas. Carta de Belém dos Extrativistas Costeiros e Marinhos. Março de 2015.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. State of the World's Forests 2011. Rome, 2011

GERMAN-CASTELLI, Pierina. Diversidade Biocultural: Direitos de Propriedade Intelectual versus Direitos dos Recursos Tradicionais. Tese de Doutorado. Seropédica, Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais /Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2004.

GERMAN-CASTELLI, Pierina. Relatório de Recomendações Setoriais – Setor Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – Produto 3. Projeto de Cooperação BRA/11/022: “Suporte Técnico ao Processo Preparatório da Conferência Rio+20”. Brasília, 29 de maio de 2012. Relatório de Consultoria/sem publicar.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. v.27, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira 2012. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica Nº 29. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira 2012. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica Nº 29. Rio de Janeiro, 2012.

IMAZON/ISA – Instituto do Homem e o Meio Ambiente na Amazônia / Instituto Socioambiental. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. / [organizadores Adalberto Veríssimo. [et al.]]—Belém: IMAZON; São Paulo: ISA, 2011.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Territórios Quilombolas. Relatório 2012. Brasília, 2013.

IPAM, ISA, & IMAZON. O Aumento no Desmatamento na Amazônia em 2013: um ponto fora da curva ou fora de controle? Belém, 2014

IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Relatório do IPCC/ONU – Novos Cenários Climáticos – Versão em português: iniciativa da Ecolatina 1. 2007

LEROY, Jean Pierre. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais/ Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, organizadores.* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MAFFI, Luisa. Biocultural Diversity and Sustainability. In: *The SAGE Handbook on Environment and Society/ ed. by J. Pretty; A. Ball; T. Benton; J. Guivant; D. Lee; D. Orr; M. Pfeffer and H. Ward.* P. 267-277. London: Sage Publications, 2007.

MAFFI, Luisa. Linguistic Diversity. Chapter 2. In: *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity.* Compiled and Edited by Darrell Addison Posey. UNEP – Intermediate Technology Publications. London, UK. 1999.

MALUF, Renato S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioproductiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável – Capítulo 2. In: *Política de Desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil /Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores)* – Brasília: IICA, 2013 (Série desenvolvimento rural sustentável; v.19).

MENEZES, Mario. Aspectos socioeconômicos do extrativismo – pp. 253-274. In: *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia* – Brasília, DF. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, 2011.
MMA – Ministério do Meio Ambiente. Acordo de Paris. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>. Acesso em 4-04-2017.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 3ª fase (2012-2015) pelo uso sustentável e conservação da Floresta / Ministério do Meio Ambiente e Grupo Permanente de Trabalho Interministerial. Brasília: MMA, 2013.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil / organizado por Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S. V. Arruda. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil / organizado por Antonio Carlos Diegues e Reinaldo, S.V. Arruda – Brasília: Ministério de Meio Ambiente; São Paulo: USP. 2001.

MMA/SBF – Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Biodiversidade Brasileira – Avaliação e Identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Brasília, DF, 2002.

MMA/SBF- Ministério do Meio Ambiente /Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Biodiversidade Brasileira. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Ministério de Meio Ambiente. Centro de Informação e Documentação Luiz Eduardo Magalhães. / CID Ambiental. Brasília – DF. 2002.

PNUD – Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todo.

POSEY, Darrell Addison. Introduction: Culture and Nature: the inextricable link. In: *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity/Compiled and Edited by Darrell Adisson Posey.* First Published by Intermediate Technology Publications, 103/105 Southampton Row, London WC1B4HH, UK for and on behalf of the United Nations Environment Programme, 1999.

SBF – Serviço Brasileiro Florestal. Florestas do Brasil em Resumo – 2013: dados de 2007-2013. – Brasília, DF: SFB, 2013.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Diagnóstico de ações realizadas. Julho, 2012.

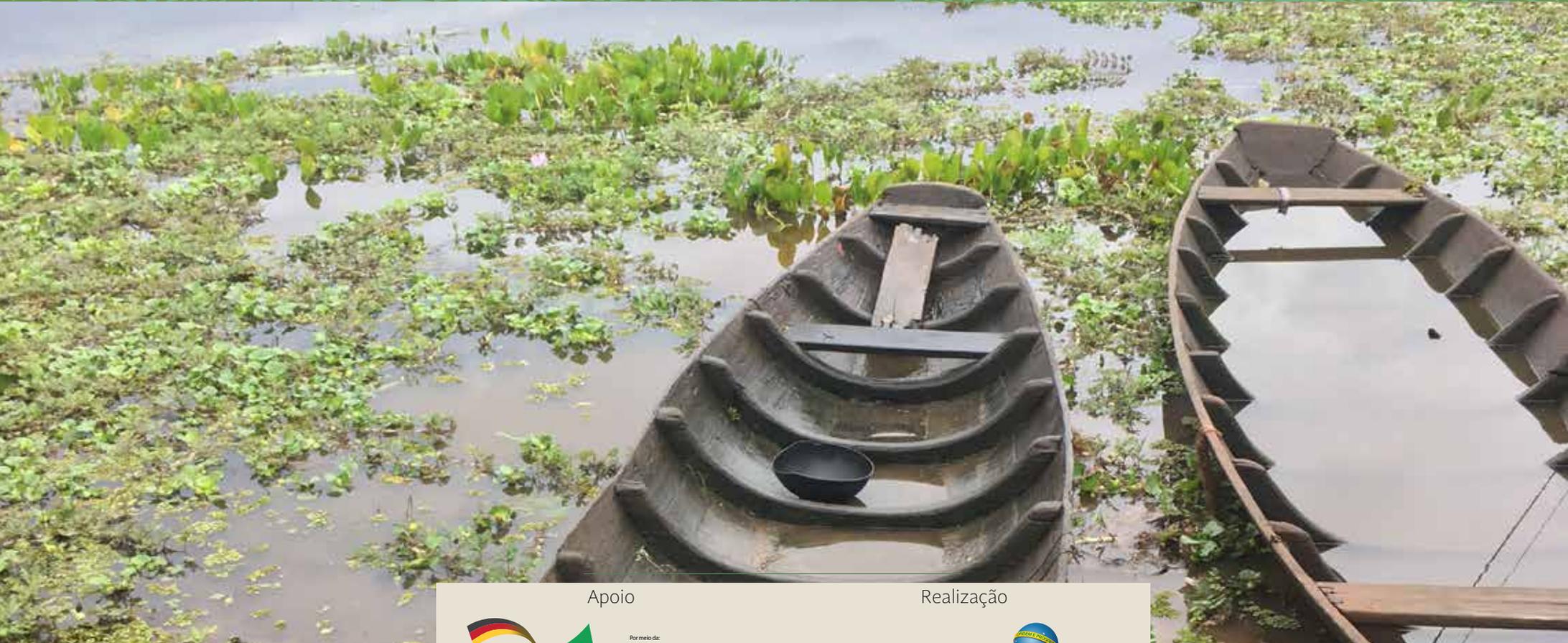
UNEP – United Nations Environmental Programme. Sustaining Forests: Investing in our common future. UNEP Policy Series. Ecosystem Management. Issue 5 August, 2011.

UNEP/ CBD – United Nations Environmental Programme/Convention on Biological Diversity. Panorama de la Biodiversidad Global 3. - Montreal, Québec, Canadá, 2014

VELÁSQUES, C.. “Quilombolas”. In: RICARDO, B. e CAMPANILI, M. (Ed.). *Almanaque Brasil Socioambiental 2008.* Instituto Socioambiental. 2007. P. 234-235.







Apoio



Por meio de:



Realização

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

